

Sem briga nem vencedor, só ausente perde

O primeiro debate por televisão de candidatos à Presidência da República da história política do País, pelas suas regras rígidas de tempo e excesso de candidatos, mostrou que é mais importante a presença de espírito e a capacidade de comunicação imediata do que qualquer programa de governo ou coerência política. As esperadas ausências do líder das pesquisas de opinião, Fernando Collor de Mello, e do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, se confirmaram, e a cada bloco do programa, antes dos intervalos comerciais, a mediadora Marília Gabriela lembrava estas ausências. Entre os candidatos presentes, o primeiro a mencionar e lamentar as ausências foi o pedetista Leonel Brizola.

Mesmo com a firmeza da mediadora da TV Bandeirantes, que buscava a todo custo impedir que os candidatos excedessem o tempo (o debate durou mais de três horas), houve momentos de discussão entre eles, começando com uma observação de Paulo Maluf ao fim de uma resposta de Mário Covas sobre o que faria para tirar o Banco do Brasil e a Petrobrás da crise em que se encontram.

O programa foi dividido em oito blocos e começou às 21h40, em um auditório composto por jornalistas e convidados pela emissora e pelos candidatos. A mesa em forma de ferradura tinha na parte central a mediadora

Marília Gabriela, e na primeira fila do auditório os jornalistas José Augusto Ribeiro e Fernando Mitre, da TV Bandeirantes, e José Paulo de Andrade, da Rádio Bandeirantes. A plateia foi repreendida duas vezes por Marília Gabriela. A primeira quando uma parte dos espectadores aplaudiu um ataque de Ronaldo Caiado a Roberto Freire (“Eu e minhas terras geramos riquezas, produzimos, e eu não posso afirmar que o senhor, como deputado, também gera riquezas”), e outra quando algumas pessoas começaram a opinar em voz alta. No momento dos aplausos a Caidado, e diante do protesto de Marília Gabriela, Brizola interveio: “A UDR trouxe torcida organizada”.

Os candidatos que melhor se adaptaram às regras estritas da TV Bandeirantes e melhor expuserem seus pontos de vista foram o do PL, Afif Domingos, bastante seguro, e Roberto Freire, do PCB, que igualmente seguro e articulado, explorou bem as contradições de seus adversários. Maluf e Brizola estiveram também seguros, e como sempre ousados, mas exageraram em chavões que utilizam em suas entrevistas e peças de campanha. Os momentos de humor ficaram por conta das dificuldades de Aureliano Chaves em entender as regras do debate e em sua dificuldade de expressar seus pontos de vista dentro do tempo estabelecido pela emissora.

ANGULAR



Começa o debate, que duraria quase quatro horas, das 21h35 a 1h20 da madrugada, com muitas críticas aos ausentes e ao gigantismo do Estado

MARILIA GABRIELA — Neste primeiro bloco, cada candidato vai ter 1 minuto para responder a uma pergunta, proposta pela direção do programa. Os candidatos vão falar em ordem estabelecida por sorteio. A pergunta é: se eleito, qual será a sua primeira medida ao tomar posse como presidente da República? O primeiro a responder será o senador Mário Covas.

COVAS — Em primeiro lugar, gostaria de prestar duas homenagens: à Rede Bandeirantes, pela iniciativa que tomou, e aos que aqui compareceram, pela contribuição à democracia. A proposta do PSD é orgânica, redonda. Portanto, aponta simultaneamente em várias direções. Ela tem como objetivo básico aquele de, retomando o desenvolvimento econômico, buscar encurtar as distâncias sociais existentes entre as pessoas e regiões do Brasil. Isso, no nosso modo de entender, só se pode fazer através da retomada, já não mais do crescimento econômico, mas do desenvolvimento econômico. Por isso, e para isso, nos parece que um dos primeiros objetivos deva ser um ataque nítido, claro e inofensível a algo que impede, seja a retomada do crescimento, seja a distribuição de renda, seja a participação do Estado com qualquer política social, ou seja, a crise inflacionária. Sem que possamos efetivamente atingir e combater a inflação, será impossível estabilidade, desenvolvimento e, portanto, qualquer das políticas preconizadas. Dai, as nossas primeiras medidas seriam voltadas exatamente nessa direção.

MARILIA GABRIELA — Medidas econômicas. Dr. Brizola, 1 minuto para a sua resposta.

BRIZOLA — As minhas homenagens à Rede Bandeirantes pela iniciativa. Gostaria de lamentar o não comparecimento desses dois candidatos. Quero deixar bem claro aqui a minha inconformidade por esse desapareço para com o povo brasileiro. Nós representamos um não a tudo isso que se vem fazendo no nosso País. Lutaremos, a partir do momento em que o povo nos credenciar, para tirar o nosso País deste atoleiro. Conseguir um mínimo de estabilidade e de vergonha neste País. Mudar de rumo, porque, do jeito que vai, nos está levando para onde sabemos. Retomar o crescimento, empregos, trabalho para o nosso povo já em outras bases, com justiça social. Este vai ser o nosso trabalho permanente, buscando objetivos estratégicos como a educação e a propriedade familiar, por exemplo.

MARILIA GABRIELA — Muito obrigada. Dr. Maluf tem 1 minuto agora.

PAULO MALUF — A primeira medida que tomaria seria o combate incessante à inflação e à corrupção. A inflação neste País é que nos está levando ao descalabro, e a corrupção jamais vista neste País está levando você que me ouve a não acreditar mais no governo. De maneira que, no primeiro dia, será um combate incessante à inflação e à corrupção. Teremos dez prioridades que considero muito importantes: reescalonar o problema da dívida externa, dívida interna, fome, agricultura, educação, saúde pública, o problema do emprego, da segurança dos aposentados e o problema da casa própria. Portanto, a curtíssimo prazo, um combate à inflação e à corrupção e, durante os próximos cinco anos, um combate para a solução desses dez graves problemas que afligem o povo brasileiro.

MARILIA GABRIELA — Senador Affonso Camargo.

AFFONSO CAMARGO — Eu entendi que não é o caso de fazer um programa aqui, seria uma medida.

MARILIA GABRIELA — Qual seria a sua primeira medida de governo caso eleito?

AFFONSO CAMARGO — Ninguém pode gastar dinheiro que não tem. Esta foi uma experiência que tive quando assumi o Ministério dos Transportes: as faturas estavam todas atrasadas e eu sabia que tinha uma receita para gastar. Tomamos medidas encolhendo os investimentos e em três meses conseguimos autorizar totalmente o orçamento do Ministério dos Transportes. Então a medida seria esta: ninguém pode gastar sem ter dinheiro.

MARILIA GABRIELA — O senhor já terminou? Tem mais algum tempo.

CAMARGO — Estou economizando tempo.

MARILIA GABRIELA — Aureliano, por favor.

AURELIANO — Quem não distingue não governa, quem não prioriza não administra. É claro que o objetivo central de uma administração, particularmente num país com as características do Brasil, será a retomada e o redirecionamento do nosso desenvolvimento. Mas retomar o desenvolvimento e redirecioná-lo no sentido de não desenvolver, exacerbando as desigualdades, implica, necessariamente, em preservar a moeda. Nenhum país do mundo conseguiu desenvolvimento seguro e permanente, com uma moeda que se corrói a cada dia que passa. Ao lado da preservação da moeda, portanto, propomos a retomada do desenvolvimento, redirecionando-o no sentido de fazer com que o desenvolvimento não leve à exarcebção dos grandes centros brasileiros, à criação de megalópolis, que tornam a vida praticamente insuportável.

MARILIA GABRIELA — Lula, qual seria a sua primeira medida se eleito?

LULA — Acho que a primeira medida de qualquer governo teria que tomar ao ser eleito seria, em primeiro lugar, ter acesso a todas as informações possíveis, para poder anunciar as primeiras medidas de governo. Penso que deveríamos estabelecer um conjunto de auditorias para fiscalizar ou para fazer a vistoria nas empresas estatais. Acho que deveríamos fazer um levantamento real da situação do País e teríamos, como medida básica, tentar criar uma comissão para negociar com os credores internos a questão da nossa dívida pública; tentar suspender o pagamento da dívida externa... para ver se tiramos o País do sufoco em que se encontra e, ao mesmo tempo, tentar estabelecer uma política de recuperação do poder aquisitivo do salário do brasileiro. Acho que a sociedade brasileira não pode continuar sendo vítima de uma política econômica que interessa mais aos credores externos, sobretudo hoje aos credores internos, em detrimento da situação da sociedade brasileira, dos aposentados e dos trabalhadores que vivem numa situação de sufoco quase completa. Nunca se perdeu tanto como os trabalhadores têm perdido agora. Qualquer governo que queira administrar bem terá de estabelecer uma prioridade máxima de recuperação do poder aquisitivo de quem vive de salário neste País.

MARILIA GABRIELA — Caiado, um minuto.

CAIADO — Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Rede Bandeirantes. Em segundo lugar, quero deixar bem claro que o que o povo espera do novo governante é que ele resgate a credibilidade política neste País, e é isto que quero fazer no primeiro momento. Fazer, sem dúvida nenhuma, uma verdadeira re-

forma administrativa no País. E mostrar que podemos dar uma forma de sacrifício, enxugar o Estado, tornar esta máquina estatal mais competente e mais eficaz, máquina esta perulária, que hoje vem penalizando e muito o povo brasileiro. O que quero e pretendo fazer é devolver ao cidadão brasileiro a honra de ser brasileiro e, com isso, começar a administrar com não somente o direito de ser o presidente da República, mas também com o direito de ter o apoio desse povo para encampar as reformas que a sociedade deseja.

MARILIA GABRIELA Deputado Afif Domingos.

AFIF O primeiro choque que daremos será o choque da austeridade, o choque da moralidade, e no primeiro dia de governo já anunciaremos o primeiro ponto da nossa reforma administrativa que é, exatamente o enxugamento de ministérios. Teremos 13 ministérios: 10 civis e 3 militares, fechando 10 no primeiro dia. A partir daí, o combate duro à inflação, sobre as suas causas, estabelecer com o povo uma linguagem direta, conversando com todos, recuperando a credibilidade do governante para com todos, conversando inclusive com aqueles que não conseguem ouvir. Aliás, isso já teríamos a partir de agora, porque inclusive, propusemos aqui que este debate fosse traduzido para os deficientes auditivos. A proposta foi desprezada, mas não me esqueci de vocês, que nos estão ouvindo. Eu não esqueci de vocês e de todos os outros; Juntos chegaremos lá.

MARILIA GABRIELA Deputado Roberto Freire.

FREIRE — A primeira medida será dar posse a um ministério de ampla coalizão democrática, para poder ter força política e base social para as transformações que são necessárias neste País e uma base política que se reflita no Congresso Nacional, porque de imediato pretendo enviar um plano ao Congresso Nacional para enfrentar a crise, um plano que leve em consideração superar o estrangulamento que faz com que este País tenha perdido esta década, que são estrangulamentos na área das finanças públicas e das relações entre o Estado brasileiro e os credores internacionais. Suspender o pagamento da dívida, enfrentar a questão da moratória, alargar o perfil da dívida interna, propor uma política salarial que dê a reposição, a recuperação do salário real em nosso país, garantindo o controle de preços, para a recuperação inclusive das estatais e a sua capacidade de investimento, e fazer com que este País promova o processo de crescimento econômico num novo modelo, um modelo de redistribuição de renda, na perspectiva de uma outra sociedade democrática e socialista.

MARILIA GABRIELA — Passamos assim à segunda parte, com

perguntas diretas de um candidato para outro. Cada candidato tem 30 segundos para fazer a sua pergunta ao concorrente que escolher. Este terá um minuto para responder e o primeiro poderá fazer uma réplica de mais um minuto, sabendo que, depois, haverá uma tréplica de outro minuto. Nenhum candidato deverá ser escolhido mais de uma vez. Começamos pelo senador Mário Covas.

COVAS — Lula, na Folha de S. Paulo, de 3 de maio de 1989, em artigo subscrito por José Carlos Camargo da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos consta que em determinado instante, perguntado a respeito do capital estrangeiro você explicou: “É imbecil quem pensa que um país pode se desenvolver sem esse tipo de ajuda. Só é preciso determinar algumas regras para que ninguém seja enganado por ninguém”. Gostaria de saber, em face dessas afirmativas, quais são as regras que o PT preconiza para a presença do capital estrangeiro?

LULA — O senador e companheiro Mário Covas sabe perfeitamente que esse foi um dos temas mais extraordinários da Constituinte e até utilizado pela Federação das Indústrias de São Paulo e pela CNI como uma tentativa de comprometer os candidatos ou deputados naquela ocasião. Fui convidado, inclusive, para gravar um videotape para a Fiesp, e gravei de bom gosto, porque eu queria que a Fiesp velculasse, através dos meios de comunicação, a minha posição a respeito da visão sobre o capital estrangeiro. Naquela época, inclusive, eu disse que hoje a interdependência internacional é tão grande do ponto de vista econômico que seria imbecil qualquer pessoa tentar evitar a participação do capital estrangeiro na economia de um país. ra Ora, quais são as regras que queremos estabelecer e que defendemos, inclusive nessa Constituição? Entendemos que é necessário evitar remessas de lucro tal como se dá hoje. Entendíamos que era necessário criar condições objetivas para que o capital estrangeiro não sufocasse o capital nacional, que você não permitisse que uma empresa estrangeira pudesse fabricar aqui no Brasil um produto similar ao que já é fabricado no Brasil, até como ponto de defesa do capital nacional. Isso nós falamos publicamente, disse nos Estados Unidos, disse na Alemanha e digo aqui no Brasil, para os empresários no debate, porque eu acho que o que precisamos, efetivamente é inclusive exigir do capital estrangeiro que dê ao trabalhador brasileiro, no mínimo, as condições de trabalho que dão aos trabalhadores estrangeiros nos seus países de origem. Há uma distância muito grande, por exemplo, entre o que um Volkswagen paga na Alemanha e o que paga no Brasil; entre o que uma Mercedes paga na Alemanha e o que paga no Brasil. Acho que essas empresas deveriam, no mínimo, estabelecer uma regra para que o trabalhador pudesse ganhar um salário compatível com aquele que ganha um companheiro que trabalha numa empresa da Alemanha.

MARILIA GABRIELA — O senhor tem direito a um minuto de réplica, assim como o senhor vai ter um minuto de tréplica.

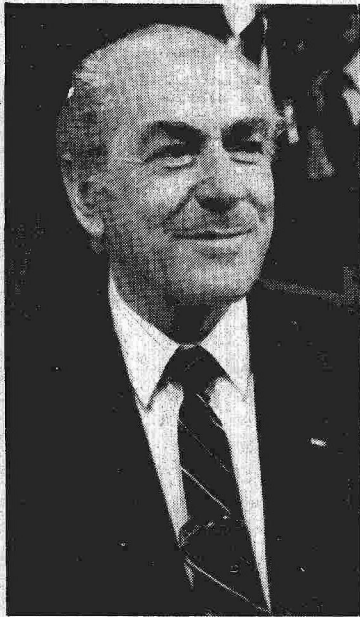
COVAS — E o que acontece, se eu não fizer a réplica?

MARILIA GABRIELA — O senhor abre mão do seu tempo.

COVAS — Eu só estou perguntando, eu quero escitar a conversa. Em linhas gerais, o Lula sustenta aquilo que na Constituição se define como o artigo relativo ao capital estrangeiro. Ele entra no País no interesse nacional, estimulando o seu reinvestimento e limitada a remessa de lucro. O capital estrangeiro hoje busca — pelo menos na nossa posição, no que se refere ao PSDB — busca hoje alguma coisa diferente do que ele buscava no passado. No passado, ele buscava tradicionalmente matérias-primas extremamente baratas, insumos baratos e mão-de-obra barata. Hoje, ele procura uma acentuada verticalização da economia, uma capacidade tecnológica incorporada maior, um coeficiente de exportação grande e, sobretudo, um mercado interno. Acho que nesse sentido nós caminhamos contra a história, porque não fomos capazes de distribuir renda e, portanto, fazer um mercado interno adequado. Somos 140 milhões de brasileiros e não chegamos a ser 50 milhões de consumidores. Mas, de

BRIZOLA

“Não podemos simplesmente deixar de pagar a dívida”



O engenheiro Leonel Brizola sempre luta com obstinação completa pelos seus projetos políticos. “Na lei ou na marra”, era o slogan que cunhou no início dos anos 60 para defender a qualquer custo as reformas sociais que adubariam a plantação de sua primeira candidatura à Presidência da República na eleição direta programada para 65.

“Cunhado não é parente”, era outra palavra de ordem que forjou para dizer que, sendo cunhado do presidente João Goulart, não estava legalmente incompatibilizado para ser candidato.

“Ele pisaria no pescoço da própria mãe para ser candidato, definiu o concorrente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, à obstinação de Brizola, que criou o PDT, para disputar a Presidência apresentando-se como herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, de quem não é parente.

maneira geral, me parece adequada a sua posição.

LULA — Eu não vou nem utilizar esse minuto. Isso nos leva a manter a posição de defender a questão da reserva de mercado para a questão da informática. Achemos que um dos problemas que o nosso País vive é que, pela ganância de tentar trazer para cá o capital externo, se esquece de investir em pesquisa. Quando não se investe em pesquisa, você deixa de lado a oportunidade de ganhar autonomia, independência econômica e independência política, porque um país que deve 200 ou 300 milhões de dólares — que não é o caso do Brasil, que deve apenas 120 bilhões diante da dívida de outros — não tem independência para elaborar projetos econômicos. Acabamos de assistir ao ministro da Fazenda gritar contra o FMI e, uma semana depois, submeter-se ao FMI. Achemos que um país só é independente quando tiver tecnologia própria, quando investir em pesquisa. Daí, acho que é preciso um controle sobre o capital estrangeiro, para que ele respeite as regras do jogo, inclusive favorecendo o capital nacional.

MARILIA GABRIELA — Brizola, vai escolher quem?

BRIZOLA — Vou escolher o candidato do PCB, Roberto Freire. Sabemos a situação a que chegou o Governo Sarney, tornou-se um desastre. E agora uma vergonha nacional com as recentes viagens que realizou à Europa, à França, com a inflação nestes níveis como será este mês e no mês que vem. Nós estamos tocando na chamada hiperinflação, isto é, no descontrolado, e o povo brasileiro precisa indispensavelmente chegar às eleições. Qual é, deputado, a sua sugestão neste momento da vida nacional, já que o senhor tem levantado algumas idéias a este respeito visando chegarmos às eleições.

FREIRE — Inicialmente, acho que essas eleições não correm risco, porque elas se colocam até como uma solução da crise. Difícilmente alguém viria, em nome da crise, apontar uma solução de adiamento das eleições. Ao contrário, acho que as eleições se inserem exatamente numa dessas perspectivas. Agora, é evidente que não podemos assistir ao desgoverno que está aí. Eu diria mais, que estamos assistindo até a ausência do governo, o que é mais grave. Se não tivérmos a intervenção nessa crise, por pior que ela seja, é melhor do que a ausência, do que a inapetência, do que a inviabilidade de um governo. Nós podemos entrar em quadros caóticos. E, mesmo não inviabilizando essas eleições, isso iria inviabilizar a estabilidade democrática, porque eu não estou preocupado apenas — e acho que o povo brasileiro, você, cidadão, também não está — apenas com essas eleições de 89. Nós precisamos estar preocupados com as sucessivas eleições, as eleições que façam a seguir. Precisamos estar preocupados com as eleições de governadores, de prefeitos, precisamos estar preocupados com a prática democrática que nunca tivemos. Nesse sentido, a crise tem que ser enfrentada.

Até levantaria que, com relação ao plano de emergência que nós temos para incrementar quando o governo, seria importante até que a atual administração não tocasse. Eu acho que ele deveria suspender o pagamento do serviço da dívida até a posse do novo presidente, porque aí o presidente tomaria a medida que bem entendesse. Eu pediria para alongar o perfil dessa dívida externa. Ele poderia aplicar uma nova política salarial, dar subsídios para uma cesta básica, resolver problemas básicos da sociedade, para evitar esse quadro caótico do ponto de vista econômico. Ele poderia, com mais responsabilidade, romper o processo de transição, uma vez que foi escolhido para fazer esse processo de transição e que, lamentavelmente, é de verdade, está levando este país a uma situação completamente caótica, que nós estamos assistindo, com graus evidentes de desgoverno muito sérios.

BRIZOLA — Gostaria apenas de dizer que a resposta do deputado Freire e seus comentários mostram o quanto é oportuna essa questão, essa preocupação nossa sobre a situação que vive o nosso país. A Argentina chegou às eleições, tem um presidente legítimo. E um marco na vida do país. E nós estamos vendo uma situação profundamente preocupante, porque o governo Sarney chegou à própria ineficiência, exauriu-se. Creio, francamente, que nós devíamos promover uma discussão entre os presidentes dos partidos, autoridades do Congresso, algumas entidades importantes, representantes do trabalho, da produção, do empresário, sem as autoridades executivas, em uma primeira fase, para que pudéssemos conversar com mais liberdade e depois levarmos ao governo, com as pressões, com ajuda da opinião pública, e fazermos com que o governo Sarney pudesse gerir, com o mínimo de eficácia, o governo do País, se chegarmos às eleições.

FREIRE — Acho que são economias bem distintas. Acho que a economia brasileira não está em decadência, ela está passando por uma crise e diria mais, até uma crise setorial, porque existem setores que estão demonstrando uma certa vitalidade que até é paradoxal.

Na crise que estamos vivendo, estamos aí diminuindo o nosso consumo energético, nós estamos diminuindo o nível de emprego em algumas regiões do País. Então existem alguns aspectos que são interessantes de analisar. Não é uma economia do tipo da Argentina, em processo de decadência. Lá não era uma crise apenas. Era um processo de decadência. Não tem essa mesma relação. Agora, concordo que a responsabilidade que todos nós devemos ter faz com que descaímos a algo de alternativa. O Congresso Nacional bem que poderia ser chamado a exercer um papel importante na discussão de como sair dessa crise ou, pelo menos, garantir a possibilidade dessa transição democrática.

(Intervenção de outro debatedor) — Mas nem um choque aí, com mais sacrifício da população.

FREIRE — Mas aí, o choque que vem é choque de Plano Verão, Plano e isso não está adiantando coisa alguma. Acho que o Congresso Nacional poderia assumir essa responsabilidade de tentar fazer um plano de emergência ou, pelo menos, encami-

MALUF

“Quem ganha muito, mas não trabalha, não vote no Maluf”



O engenheiro Paulo Maluf não era exatamente jovem quando entrou na política há 11 anos para disputar e conquistar o governo bônico de São Paulo. Pela Arena, mas em pouco tempo tornou-se um experiente colecionador de derrotas em eleições. Diretas ou indiretas, tanto faz.

A bordo do governo paulista, cavou a eleição pelo PDS a deputado federal em 82, pensando em fazer do mandato uma ponte para a intimidade com os parlamentares que escolheriam o presidente indireto de 85 — disputou com Tancredo Neves-Sarney a presidência e perdeu.

Mas não perdeu o tempo. No mesmo ano saiu para prefeito de São Paulo. Perdeu. Voltou em 86 com olho no governo do Estado. Perdeu. A eleição seguinte foi em 88 e ele estava lá, atrás da prefeitura. Perdeu. Este ano, a presidência. No próximo, o governo estadual outra vez.

ra o setor privado.

Então o problema das estatais no Brasil tem que ser avaliado com um certo critério e, acima de tudo, uma avaliação isenta para que não se julgue que a Administração pública neste País é implicitamente competente. Nem sempre o é. O setor de energia elétrica neste País deu exemplo de administração competente do ponto de vista gerencial e profissional.

MARILIA GABRIELA — Ministro desculpe-me: senador Affonso Camargo pode usar esse minuto agora e em seguida dou-lhe mais um minuto.

AFFONSO CAMARGO — Fiz a pergunta exatamente para ouvir esse tipo de resposta, porque essa ineficiência do governo brasileiro está fazendo com que todos nós nos aproximemos de uma linha privatista. E o temor que tenho. Mas, de qualquer forma, a Constituição que todos assinamos dirá que a ordem econômica se fundamenta na valorização da livre iniciativa. Então, o receio que tenho é que, quando o Estado está ineficiente, essa guerra não o desmoralize tanto perante a opinião pública. É importante defender também as estatais que já funcionam e mostrar por que criaram essa dívida toda.

AURELIANO — Acho que não existe dilema no Brasil entre empresa pública e empresa privada. O que existe é uma complementação. E uma estultice pensar que o Brasil vai dispensar completamente a presença do poder público em algumas iniciativas onde a sua presença se faz fundamental. É uma estultice pensar que é possível o Brasil conseguir desenvolver a sua produção de petróleo sem a Petrobrás. É estultice pensar que o Brasil pode necessariamente cuidar só através da iniciativa privada do suprimento de energia elétrica ou de seu sistema de telecomunicações. O problema de intervenção do Estado em determinado setor não decorreu no Brasil de posições ideológicas. Ao contrário, decorreu de uma contingência do momento, o O Governo quando criou a CEMIG o fez do ponto de vista ideológico? Não. Foi para enfrentar uma realidade de suprimento de energia para o interior do Estado, sem o que o desenvolvimento seria puramente relativo.

MARILIA GABRIELA — Desculpe Dr. Aureliano, mas o seu prazo terminou.

AURELIANO — Vou concluir, principalmente partindo de uma intervenção de quem está conduzindo o debate com tanta inteligência.

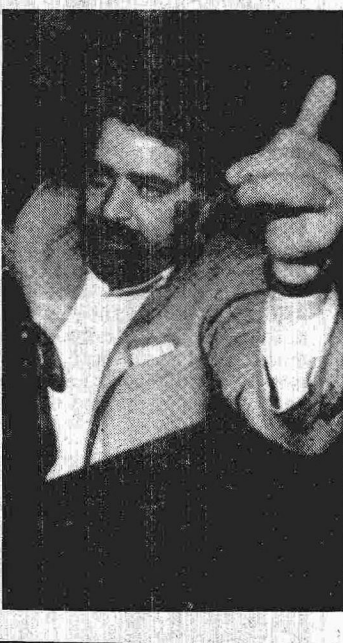
MARILIA — Pobrezinha de mim, só estou tentando organizar. Dr. Aureliano, tenho a impressão que com a sua pergunta o senhor poderá até concluir o seu raciocínio. O senhor vai perguntar para quem?

AURELIANO — Vou perguntar para o meu eminente colega de Câmara dos Deputados, o senador Mário Covas.

MARILIA — Mário Covas já foi perguntado e pelas regras nenhum pode ser repetido exatamente para dar oportunidade a todos. Gostaria que o senhor perguntasse a quem não foi perguntado. Afff Domingos,

LULA

“Seria imbecil tentar evitar o capital estrangeiro”



O metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva há mais de 10 anos abandonou o convívio com o torno mecânico para se dedicar por inteiro à construção de um partido — o PT — com o qual a classe operária possa chegar ao paraíso para implantar o socialismo pelas urnas.

O partido nasceu nas indústrias do ABC paulista, na qual o pernambucano Lula ainda adolescente procurou proteção contra a seca nordestina, espalhou-se por todo o País transbordando além da classe operária para conquistar intelectuais urbanos e jovens burgueses.

Hoje, Lula, como condutor do seu partido, disputa em nome dele a Presidência da República. Se vier a ser eleito, terá de usar toda a sua força de condutor para administrar as dezenas de facções que se abrigam no interior do partido e domar seus ramos sindicais.

Caído.... Maluf também.

AURELIANO — Então vou abrir a minha oportunidade de perguntar, porque acho que já falei demais. A senhora já me fez uma intervenção, então vou abrir mão para que os quatro cavalheiros que estão do outro lado possam perguntar.

MARILIA — Tenho certeza de que o senhor deve ter alguma pergunta que dê continuidade à sua exposição e coloque em debate um assunto... O senhor não vai fazer a pergunta agora?

AURELIANO — Agora não.

MARILIA — Mas pela ordem eu precisaria que o senhor fizesse isso. O senhor pode escolher Brizola, Maluf, Afff ou o Caído.

AURELIANO — Então eu vou me dirigir ao Afff. Você tem dito com muita propriedade que dá uma atenção especial ao setor agrícola neste País. Inclusive, cita o problema de irrigação como sendo um assunto que será objeto de preocupação no seu governo. Como você concilia irrigação com carência de energia elétrica?

AFIF — O problema da agricultura é um problema acima de tudo de infra-estrutura. Acho que antes de mais nada o Estado e aqui estava-se discutindo o problema de empresas estatais, o papel das empresas estatais temos de definir, em primeiro lugar, qual é o papel do Estado. O Estado tem de cuidar da igualdade de oportunidades de educação e saúde; da garantia dos direitos individuais e coletivos que é justiça e segurança; e dar infra-estrutura básica para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Aí, o Estado tem de entrar comandando a política de transporte, de energia e comunicação, infra-estrutura urbana, principalmente o saneamento e a irrigação. A irrigação, como ponto de maior importância para o desenvolvimento, principalmente da região Nordeste, porque ela tem todas as condições de, bem usando a água e investindo no uso múltiplo das águas, poderemos aproveitar o potencial que temos em termos de água e também em termos de energia. Portanto, se olharmos com muita clareza as funções básicas do Estado — Educação, Saúde, Justiça, segurança, comunicação, energia, saneamento, irrigação, transporte — vamos ver acabar as brutais carências que temos neste País. Por quê? Porque o Estado se desviou de suas funções básicas. Ao invés de investir nestas estruturas, desviou seu investimento, e o setor energético é um dos setores que hoje está à beira do caos. Sem dúvida, se investirmos só na irrigação, sem investir em toda a complementação, teremos então um investimento manco, sem consequências imediatas em termos da produção. A energia é um ponto de extrema importância.

MARILIA — Aureliano, o senhor tem um minuto de réplica. Não quer usar? O senhor quer o seu minuto Afff?

AFIF — Eu aceito. Gostaria somente de complementar este ponto a respeito do problema efetivo da irrigação em nosso País. Vejamos a região Nordeste, porque o Nordeste para mim não é problema, é solução. O Nordeste tem condições de

Brasil o que aconteceu em Caracas ou na Argentina: os saques em função da miséria, que está tomando a sociedade. Por isso, entendemos que é incompatível qualquer política de desenvolvimento sem um acerto da dívida externa.

BRIZOLA — Agora começamos a nos aproximar e eu quero lhe agradecer a pergunta, porque ela é muito pertinente. Isso está realmente no centro das preocupações deste País. Agora, considero que, muito pior que a dívida, é a cumplicidade que ainda está viva nesta País que gerou a dívida e que precisa ser saneada para que o Brasil tenha um destino. É natural que um governo responsável que assumiu o destino deste País, ao chegar lá, pare com tudo isso. Inclusive para poder examinar esta situação. E temos que ganhar também, costume dizer, a opinião pública internacional. Existe muita gente de mente sã por este mundo que à medida que conhece o que fizeram com este País vão nos dar razão. Tem que parar tudo isto para examinar. Isto, sim, estou plenamente de acordo. Um governo responsável, que se preze, um governo que ascenda credenciado pela população terá que parar tudo isso para chegar a termos aceitáveis, admissíveis, não com isto que está aí. Isso que aí está, são causas coloniais incompatíveis não só com as nossas possibilidades, mas com a nossa própria dignidade.

CAIADO — Vou fazer a pergunta ao ex-governador Paulo Maluf. Dr. Paulo Maluf, acho que neste momento a sociedade está ansiosa por ouvir alguma coisa daquilo que realmente tem penalizado os setores produtivos deste País, que é o problema da inflação. O senhor acaba de vir da Bolívia e, pelo que pude ver, o senhor voltou de uma certa maneira impressionada com a maneira pela qual eles lá trataram este assunto e conseguiram até, realmente, trazer o problema de inflação a níveis compatíveis. O senhor pretende implantar essa metodologia utilizada na Bolívia? Qual é o tratamento que o senhor dará à inflação?

MALUF — Esta é uma pergunta muito pertinente, porque alguns dos presidentes, e não quero aqui criticar ninguém, mas só quero constatar que foram para os Estados Unidos, foram para a Europa e tomaram champagne, comeram cavariar, participaram de banquetes, mas ninguém veio com a solução dos problemas brasileiros quando, aqui do lado, do lado do Acre, do lado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a pequena Bolívia trouxe a inflação maior do mundo, há 4 anos, de 26.000 por cento ao ano, para 3 por cento neste semestre. Ou seja, a inflação boliviana hoje é igual à inflação norte-americana, igual à inflação inglesa, igual à inflação alemã, menor que a inflação francesa e menor que a inflação italiana. Então, não precisamos ir ao Hemisfério Norte para sermos homenageados, mas é bom saber que aqui do lado temos a Bolívia e o que foi feito para conter a inflação, e estudar na Argentina o que não foi feito para conter a inflação, em dois regimes democráticos. Por quê? Porque a Bolívia é um país que permaneceu aberto, o presidente Victor Paz Estenssoro entregou agora o poder ao seu substituto por eleição direta. Fizaram pacto pela democracia e o povo apoiou. Por quê? Porque os marajás foram para a rua, os funcionários fantasmas foram demitidos, acabou-se a mordomia. Estenssoro foi também convidado para a comemoração do Bicentário da Revolução Francesa, em Paris, negou-se a ir, porque no seu governo não tem mordomias e eu mesmo fiz uma pesquisa: 75% da população, inclusive, votou a favor das forças políticas que apoiaram o governo na última eleição. Mas isso serve bem para o Brasil, com muita humildade. Aqueles que são fantasmas, aqueles que ganham muito e não trabalham nada não votem no Maluf, porque o Maluf eleito irá demiti-los. Você, que é marajá, também não vote no Maluf. Você tem uma porção de gente em quem votar. Você, que é a favor das mordomias, não vote no Maluf. Agora, você que é contra a inflação e contra a corrupção, vote no Maluf.

MARILIA — Dr. Maluf, o seu tempo acabou.

MALUF — O ministro Aureliano falou mais que um minuto, estou vendo a sua preferência. (Risos)

CAIADO — Dr. Maluf, eu gostaria de saber se o senhor conseguiu alguns dados, porque me pergunte se simplesmente diminuir a máquina estatal e conter o déficit público, com a situação crítica em que vivia a Bolívia, será suficiente para realmente trazer a inflação a esse nível de 3 por cento, ou a denúncia de que, na verdade, está havendo uma lavagem dos dólares advindos do tráfico de drogas?

MALUF — Este argumento já me deram lá também, mas acontece que essa lavagem existia também quando havia 26 mil por cento de inflação no ano. Eu, lá, não fui procurar governo, fui procurar a sociedade civil. Procurei inclusive deputados comunistas, procurei gente da esquerda, da direita e empresários, e a verdade é a seguinte para conter a inflação e para o Governo ter credibilidade, tomaram diversas decisões. Disseram por exemplo, que demissão de funcionário fantasma gera problema social. Há que se perguntar o seguinte: São 140 milhões de brasileiros que estão hoje em jogo, ou são 100 ou 200 mil funcionários fantasmas ou marajás? E, no caso da Bolívia, eles já sabem que o custo social era muito menor diminuindo a máquina estatal, do que escravizando toda a população boliviana. A minha receita para o Brasil: austeridade, governo com autoridade, ministros competentes, combate à corrupção e ter como objetivo o interesse social maior e não um interesse social menor.

MARILIA — Obrigada Maluf. Afff você pode perguntar para o senador Affonso Camargo ou para Ronaldo Caiado.

AFIF — Perguntarei ao Ronaldo Caiado. Eu apresentei um projeto que começa a tramitar agora em agosto no Congresso Nacional, propondo a antecipação da posse do presidente eleito, que será um de nós, para 1º de janeiro, porque estou acreditando que a antecipação da posse é primordial para que se verifique a antecipação da solução dos nossos problemas. Pergunto a você, companheiro Caiado, como perguntaria a todos, você estaria disposto a

Candidatos disfarçam empenho ao debate

JOAO AURELIO ABREU
Enviado Especial

O dia dos candidatos ontem foi tomado pelos preparativos para o debate, à noite, na TV Bandeirantes. Os que tiveram maior cuidado para evitar qualquer surpresa foram Paulo Maluf, do PDS; Mário Covas, do PSDB; Affonso Camargo, do PTB; Luiz Inácio Lula da Silva, do PT; Aureliano Chaves, do PFL; e Afff Domingos, do PL. Os demais, Leonel Brizola, do PDT; Ronaldo Caiado, do PSD; e Roberto Freire, do PCB, preferiram repassar os pontos principais de seus programas de governo. Enquanto todos os candidatos estavam praticamente inaccessíveis, Afff Domingos preferiu não cancelar nenhuma entrevista com a imprensa e chegou a realizar quatro gravações para programas de rádio.

A maioria dos candidatos, procurando transmitir a impressão de não ter se empenhado em nenhum tipo de preparação especial para o debate, “Lula não fez nada de específico e vai repetir o que vem dizendo há seis meses”, garantia no final da tarde Ricardo Kotscho, assessor de imprensa do candidato do PT.

O candidato — afirmava por sua vez Afff Domingos tem de se preparar para assumir a Presidência e não para um debate em particular.

Durante todo o dia os assessores diretos dos candidatos faziam ques-

ção de assegurar que cada um dos presidenciais procuraria evitar trocas de acusações ou agressões pessoais. “Maluf será contundente, mas sem baixar o nível do debate”, prometia o jornalista Carlos Brickmann, assessor de imprensa do candidato do PDS. Bem humorado, segundo seus assessores, Covas dedicou a manhã a brincar com os netos em casa. “Ele vai tirar todos os assuntos de letra”, acreditava o jornalista Washington Melo, seu assessor de imprensa. No período da tarde, o senador se reuniu com o seu candidato a vice, o ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, o senador José Richa (PSDB-PR) e os economistas Bresser Pereira e Edmar Bacha, na sede do Centro de Política Nacional, Instituto do PSDB, no bairro, do Itaim Bibi, em São Paulo.

Único dos candidatos convidados para o debate a revelar detalhes de sua preparação para o programa, o deputado Roberto Freire, do PCB, passou o domingo e a segunda-feira na sede da produtora de vídeo Mpio, do cineasta Zélio Viana, no Rio, simulando o funcionamento do debate. Ao lado de jornalistas simpatizantes do partido — que se encarregaram de desempenhar o papel dos seis oponentes da noite de ontem — Freire se ocupou de responder às perguntas que lhe eram dirigidas dentro do limite de tempo estabelecido pela emissora. Além disso, chegou a

ler mais de 120 páginas de relatórios elaborados por seus assessores. “O bom humor será uma de suas armas”, assegurava Tibério Canuto, um dos coordenadores de sua campanha.

EMPENHO

O candidato do PSD, Ronaldo Caiado, ficou nestes dois últimos dias se preparando com sua assessoria política. Ele fez uma recapitulação, ontem, de todo o seu programa de governo junto com o seu candidato a vice, Camilo Calazans. Caiado preferiu não fazer nenhuma pesquisa sobre os antepassados de seus adversários, por entender que o “Brasil não está precisando de um crítico, mas sim da apresentação de alternativas para o desenvolvimento nacional”, nas palavras de seu assessor Cessmar Moura. O candidato do PTB, Affonso Camargo, preferiu se aprofundar nos principais temas que acredita serão discutidos no debate. Ele acreditou que não haveria tempo suficiente para fazer qualquer discussão sobre todos os temas que afligem o País. Por isso, escolheu alguns temas e passou toda a tarde de ontem simulando o debate com seus assessores. O principal ponto que ele pretendia enfocar era o da necessidade de “coragem para mudar o País”. O deputado Paulo Maluf, candidato do PDS que estava na Bolívia até sábado, preferiu não

centrar suas energias nos estudos sobre o passado de seus adversários, por entender que ele é o político mais atacado de todos, desde que assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal em São Paulo, em 1966.

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, se preocupou em aprofundar o seu programa de governo. Para isso, centrou suas atenções no problema da de escolas, pagamento da dívida externa e evitou pesquisas sobre o passado dos demais candidatos. Ontem ele se reuniu com o executivo do partido para definir as linhas mestras que iria desenvolver no debate.

O candidato do PDT, Leonel Brizola, também fez uma reunião com seus assessores, mas, confiante em sua experiência, acreditou que não precisaria de uma preparação especial para o debate. Ele preferiu se preparar apenas para ter rapidez no raciocínio.

Para ele, o momento do debate é que iria definir o tipo de conduta que deveria adotar.

Já Aureliano Chaves, do PFL, também ficou sendo sabatinado por seus assessores. A sua preocupação era maior com o debate. Tanto que ele não mandou nenhum representante ao Programa Canal Livre, que foi ao ar ontem, às 17h, com a participação de assessores de todos os demais candidatos.

dar apoio a esta tese, para que possamos antecipar a solução dos nossos problemas?

CAIADO — Afif, o problema todo é que a sociedade brasileira já vem convivendo com essas dificuldades há muito tempo. O que temos que pedir a Deus é que este governo administre da maneira menos catastrófica até as eleições de 15 de novembro, para que possamos chegar ao término deste governo na data pré-fixada, no dia 15 de março. Tenho certas preocupações com a antecipação para 1º de janeiro. Sabe por quê? Porque em primeiro lugar, o presidente eleito terá de ter um perfil, uma radiografia do País. Ele não pode já chegar, sem saber sequer o sintoma do paciente, e já apresentar o tratamento. Então, acho que esse período fundamental para podermos fazer uma auditoria, um levantamento, sabermos diagnosticar corretamente quais são os pontos que devemos atacar e como devemos atacar, para não desestabilizar esse Governo frágil e essa máquina que está aí, hoje, governando este país. Então, eu gostaria de refletir sobre esse ponto mas, em primeiro lugar, acho que devemos manter as datas já previamente fixadas.

MARILIA — Afif, um minuto.

AFIF — Volto a insistir, porque acho que quem se predispõe a se candidatar à Presidência da República tem de ter em mente um quadro muito claro do diagnóstico, da situação, e acima de tudo, essa campanha é para se apresentar projetos de governo, projetos de governo já em debate com a sociedade (e aqui começamos hoje, neste grande debate, colocando claramente os pontos de vista) e, acima de tudo, já ir preparando uma equipe para assumir o Governo imediatamente. Nós já estamos preparados para isso, por isso, fomos um dos primeiros a apresentar um projeto completo para a discussão da sociedade, registramos no Congresso Nacional e acho que deve existir uma sabatina no Congresso Nacional, com todos os candidatos, mostrando a que vieram, exatamente para que haja uma espécie de serviço de proteção ao eleitor, para que não corramos o risco de só ter caixinha bonitinha sem nada dentro, ou seja, apresentar embalagem sem apresentar a essência do produto. Por isso acredito que precisamos estar prontos, qualquer um de nós, para assumir o país em qualquer momento. Eu estou pronto.

MARILIA — Caiado, você tem um minuto.

CAIADO — Quero parabenizar o candidato que já apresentou o seu programa. O nosso está em fase final, deverá ser encaminhado em poucos dias ao Congresso Nacional, para também ser debatido. Agora, acho fundamental não frustrar mais o povo brasileiro. Neste momento não temos mais o direito de errar. É um momento importante. Então, com muito equilíbrio, muita ponderação, vamos realmente avaliar corretamente, vamos ter a oportunidade de entrar com toda essa máquina estatal, ter dados oficiais, porque, infelizmente, deputado, não tive acesso, até este momento, a esses dados a nível de ministérios, de autarquias ou de empresas de economia mista. Fica muito difícil fazer uma avaliação correta de tudo isso para se indicar o tratamento que deverá ser dado a cada um. Por isso continuo com a minha tese de que vamos fazer um levantamento correto para não errar e depois não teremos mais como explicar à sociedade brasileira uma falha nossa.

MARILIA — Roberto Freire, a sua pergunta para Afifon Camargo.

FREIRE — Veio a calhar. O senador Afifon Camargo, na sua intervenção inicial, falou que ninguém pode gastar o que não tem. Esta é uma tese tão conservadora, que é do capitalismo pré-histórico. E do capitalismo de antes de 1929. Mas esta linguagem conservadora, esta lógica conservadora está presente em todos. E uma série de afirmações que não são verdadeiras, de que o Estado brasileiro e o setor público têm uma intervenção muito grande na economia. Isto não é verdadeiro. A questão do déficit público, isso também não é verdade. Fala-se aqui de enxugar a máquina e eu gostaria, depois, de saber o que ele acha de enxugar a máquina demitindo pessoas, mas se não se preocupa com os incentivos e os subsídios? Não se preocupa, aqui, com o que o Estado transfere para o setor privado? O que ele acha da tentativa de se ter uma visão mais social do papel do Estado, um Estado que se renova e se redefina, e não essa linguagem conservadora? O senhor acredita nisso?

CAMARGO — A sua pergunta foi esclarecedora. Na minha opinião, o Congresso não tem prerrogativa, não tem poder para diminuir um mandato de presidente da República. A Constituinte tinha e o Congresso não fez. É só para efeito de debate posterior.

FREIRE — Mas vamos discutir isso. Essa lógica conservadora que é apresentada inclusive nos discursos isso é coisa de esquerda. O que é bom é começarmos a ver que o neoliberalismo, essa chamada...

CAMARGO — Parto do princípio de que o maior inimigo hoje dos assalariados é a inflação. Não há forma de você realmente resolver sem o seu combate. Você tem de zerar. A forma de zerar a inflação é deixar de emitir o título moeda. Agora, isso não significa, que eu não tenha essa visão social do Estado. Tanto que na minha visão — e queria também fazer uma observação ao que o Afif falou, quando disse que a igualdade de oportunidade se dá na educação e na saúde mas hoje eu não tenho qualquer dúvida de que o Estado também tem uma grande função indutora na produção de alimentos e na de habitações. Durante anos, ouvi dizer que os dois grandes problemas fundamentais para qualquer País eram educação e saúde; agora estou convencido de que é a alimentação, porque não há melhor remédio do que a comida e não adianta mandar as crianças mais pobres à escola sem que elas estejam suficientemente alimentadas. Sabemos muito bem que hoje os cérebros de milhões de crianças do Brasil se comprometem por falta de nutrição. Então tem uma função social do Estado. Só que nós temos que acabar com a inflação. Não sei se tem alguma proposta. A minha é geral.

FREIRE — É exatamente isso, pois essa é a linguagem conservadora. Por que não se discutir, por

exemplo, que este Estado amplie a sua carga tributária por cima do capital que não paga imposto no Brasil. Quem paga imposto aqui é o assalariado. Por que o Estado brasileiro não discute subsídios específicos que são transferidos para o setor privado? Quero dizer que este Estado brasileiro é um estado privatista e tem pouca participação na economia. Mas do que isso, quando tem é permitindo. Educação e saúde hoje são bens de comércio. Só tem acesso quem tem dinheiro e isso é um absurdo. Foi uma privatização do Estado brasileiro. E este Estado que está aí, é o que acabou com o serviço público. Querem criar o bode expiatório do servidor público, que também é desrespeitado por este Estado, que não é o nosso, é a imagem e semelhança dessa classe dominante brasileira. Ela sabe fazer o capitalismo sem risco: quando tem lucro se apropria individualmente, enquanto que o prejuízo é socializado. Aí não. Isso tem que acabar. E pensar num Estado que tenha a capacidade de voltar a crescer. O Estado tem papel social e de desenvolvimento também.

COVAS — O problema que você lamenta, de aumentar a arrecadação, não entra em contradição com o equilíbrio orçamentário. Se você aumentar a arrecadação e aumentar a despesa, continuar gastando mais do que recebe, vai continuar...

FREIRE — Isso foi fundamental para o capitalismo, até ele se acumular e crescer.

COVAS — Mas é a conclusão a que nós chegamos. Não há forma de você zerar a inflação, acabar com a inflação, a não ser com equilíbrio orçamentário.

MARILIA — De acordo com as regras, foram citados os nomes do ministro Aureliano Chaves e Afif Domingos.

AFIF — Primeiro, o Congresso não teria prerrogativas para isso. Tem sim. Tem, porque nós podemos alterar a Constituição a qualquer momento, por três quintos dos votos, o que vai exigir, logicamente, um acordo. Segundo, fico contente porque você leu o nosso programa de governo. No nosso programa de governo, ficou constatado esse ponto, de que o grande investimento que nós vamos fazer na educação é na pré-escola, para que possamos alimentar as crianças de zero a dois anos, que será nossa revolução educacional, ligada à revolução verde da agricultura. E é exatamente aí, melhorando as condições de neurônios, que vamos alimentar a capacidade da criança brasileira, de apreensão, de aprender aquilo que lhe é ministrado pela escola, porque hoje o analfabetismo está diretamente ligado ao problema da subnutrição. Obrigado por ter lido e promovido nosso programa.

AURELIANO — Eu vou falar ou vou perguntar?

MARILIA — O senhor vai falar.

AURELIANO — Ouvi com muita atenção algumas intervenções inteligentes a respeito da dívida externa do Brasil e outros problemas econômicos. A primeira indagação que faço é a seguinte: conhece-se com segurança o perfil da dívida externa brasileira, quanto deve a administração centralizada, Governo Federal, governos estaduais e governos municipais? Quanto deve a administração descentralizada, as estatais de âmbito federal e as estatais de âmbito estadual? Qual é, especificamente, o tipo dessa dívida? Essa dívida é predominantemente com os estabelecimentos de crédito multilateral ou com o estabelecimento de crédito privado? A primeira condição para se combater os problemas é conhecê-los, na plenitude.

MARILIA — Não quero fazer sindicância, mas seu tempo terminou. Mas parece que o senhor colocou a questão.

AURELIANO — De forma que vou repetir o nosso Antônio Carlos, presidindo a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional. Quando um orador falava mal, ele dizia: "O tempo, amigo, não permite que você continue falando". Quando o orador estava falando bem, ele dizia: "O tempo, amigo, não lhe permite falar mais". Eu indago que tipo de intervenção você faz? (Risos).

MARILIA — Ministro, acho que o senhor esteve ótimo até agora, mas é que nós temos algumas regras a seguir. Vou encerrar este bloco, lembrando mais uma vez que outros dois candidatos foram convidados para este debate e não aceitaram. São os candidatos do PRN e do PMDB, Ulysses Guimarães e Fernando Collor de Mello. No próximo bloco, os jornalistas perguntam.

MARILIA — Neste bloco, os três jornalistas da Banderantes farão perguntas a candidatos de sua escolha e vão escolher, também, um outro candidato para comentar as respostas. Os interrogados não podem ser repetidos, os comentaristas sim. Pela ordem alfabética, quem vai fazer a primeira pergunta é o jornalista Fernando Mitre.

FERNANDO MITRE — Dr. Brizola, vou perguntar ao senhor e gostaria que o deputado Lula comentasse. Dr. Brizola, o senhor tem mostrado preocupação, como tantos outros candidatos aqui, com a distribuição de renda no Brasil, com o problema da injustiça social. Sabemos, no entanto, que nenhuma distribuição de renda funciona se não houver transferência de recurso de uma área para outra. A minha pergunta é a seguinte: o senhor vai tirar recursos de que áreas para levar para as áreas mais carentes? Quer dizer, quem perde e quem ganha no seu governo? O senhor, por exemplo, aumentaria impostos? De quem? Gostaria que o deputado Lula comentasse depois.

BRIZOLA — Na verdade, essa pergunta se insere no modelo econômico. No Brasil vem se acentuando cada vez mais o processo de transferência de renda para uma minoria, que está acumulando. Isso é uma realidade. Enquanto a população empobrece, na média, há uma minoria que acumula. Nós preconizamos uma mudança de modelo econômico, tanto que achamos que todos esses choques pouco adiantarão para uma mudança no sentido desse fluxo e acho que para isso não é preciso transpor as fronteiras do socialismo; basta olharmos o que ocorre em outras nações. Eu cito constantemente e mostro o exemplo da Austrália, que é uma produtora de bens primários — agricultura, pecuária e minérios, essencialmente. Então, o que acontece? Acontece que aí está um problema essencial. Nós enten-

Os ausentes

Collor liga a TV, mas para assistir a um filme

Decidido a nem mesmo assistir ao debate dos presidenciáveis na TV Banderante, o candidato do PRN, Fernando Collor, ficou em dúvida entre dois outros programas: o *Viva o Gordo*, na TVS ou o filme *Admiradora Secreta*, exibido em Tele Quente, na Globo. Preferiu o filme.

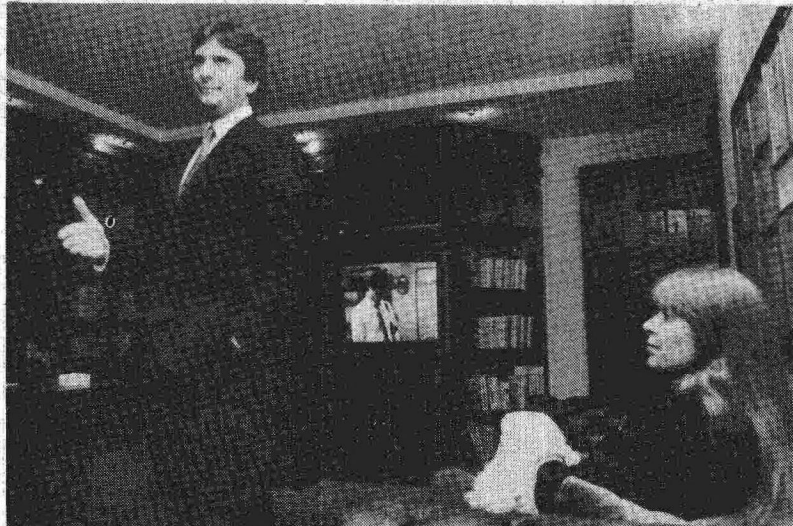
"Ver o debate para ele é um programa de índio", explicou o assessor de imprensa, Cláudio Humberto, informando que às 21h30 Collor acabava de chegar à sua casa, no Lago.

Humberto assegurou que o candidato "não perde tempo" assistindo entrevistas de adversários. "Aposto meu braço direito que este tipo de entrevista não faz sua cabeça. Fer-

nando é uma pessoa que procura otimizar muito o seu tempo", afirmou.

De acordo com o assessor, o comparecimento ao debate, quatro meses antes da eleição, não contribui em nada para o candidato. Além disso, garante que tudo não passa de "um jogo de cartas marcadas". Os assessores dos demais presidenciáveis teriam, segundo ele, se encontrado várias vezes para fechar um pacto de não agressão entre eles próprios, direcionando toda a munição para Fernando Collor, disse Cláudio Humberto. Para ele, Collor acabou de oferecer um projeto de governo e é em cima disto que ele pretende debater com o povo.

RAIMUNDO PACCO



Collor em casa com a esposa: preferência por um filme

Pastores evangélicos dão o alibi a Ulysses

São Paulo — Um compromisso assumido anteriormente com pastores evangélicos da Assembleia de Deus foi o alibi do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, para não comparecer ao primeiro debate dos presidenciáveis na televisão. Em carta ao presidente da TV Banderantes, João Saad, Ulysses explicou que encontrou agendados há tempos o impedimento de comparecer aos estúdios da emissora em São Paulo ontem à noite. Durante todo o dia o deputado peemedebista manteve contatos políticos com ecologistas, economistas e com a equipe encarregada de preparar seus programas do horário eleitoral gratuito na TV. Mas quem quisesse ver Ulysses pela TV, poderia ligar a Rede Capital, de baixa audiência, que reprisava uma entrevista já transmitida pela pri-

meira vez no dia 7.

Enquanto Ulysses trocava a audiência de milhões de telespectadores, por uma conversa com os pastores do bairro do Brás (populosa região da Zona Leste paulista, hoje dividida entre imigrantes italianos e migrantes nordestinos), o presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos criticava a ausência do candidato na TV. "Se eu tivesse alguma responsabilidade na área de comunicação da campanha, o teria aconselhado a comparecer", disse Jarbas, para quem um candidato com baixíssimos índices percentuais nas pesquisas de opinião não pode dispensar espaços na mídia. O presidente peemedebista afirmou, porém, que o partido deve se preocupar em esclarecer à população das diferenças entre o PMDB e o Governo Federal.

demos que no caso da economia brasileira há uma perda internacional. É um quadro complexo, que precisa ser encarado, uma vez que está visto que é uma perda internacional um país que tem a expressão econômica que tem o Brasil, a massa de produção que tem o Brasil, e para onde vai essa produção? E consumida pelos funcionários, como disse um outro candidato? Não. O Brasil tem um sócio oculto, há uma perda internacional e sem enfrentar essa perda internacional, nós não vamos corrigir a inflação. Haverá um choque, comprimir uma mola. Mas não só é preciso revisar a questão primordial em nosso país, quanto conter a perda internacional, friamente, para uma elevação dos salários, das rendas e, principalmente, das aposentadorias.

LULA — Participei outro dia de um debate no Rio Grande do Sul e estava vendo o empresariado discutir como produzir riquezas e como distribuir riquezas. E engraçado, porque depois de tantas horas de debate, nenhum empresário falou de salários. Ou seja, a briga é só entre empresários e Estado, e ainda fazendo uma confusão, na minha opinião, de má-fé, tentando confundir Estado com governo. Acho que não é possível, neste país, se levar em consideração uma política de distribuição de renda, se a gente não tentar explicar de quem? Acho que, primeiro, o Estado precisa arrecadar o que lhe é de direito. Hoje, no Brasil, nós temos uma estimativa de sonegação de imposto da ordem de 9,5% do nosso PIB.

BRIZOLA — Se o Leonel Brizola for eleito presidente do País, vai chegar lá de serrote. Vou serrar a perna deste modelo econômico. Este modelo econômico está podre, não pode continuar. Exatamente como ocorria nos últimos anos da monarquia. Também ali, a classe dirigente não admitia dar-se salário aos escravos. A economia vem abaixo. Assim, vamos vender o nosso açúcar, o nosso minério, exatamente como ocorre hoje. Mantém-se este país nessas baixos níveis de vida e de salário através de um raciocínio que, no fundo, contém uma cumplicidade. Como naquele tempo, a classe dirigente não entendia e hoje também não entende. No dia em que assumir uma posição de abertura, está implicitamente reconhecendo que há uma cumplicidade. Há uma cumplicidade na vida deste país para manter este modelo econômico de natureza colonial. Quero dizer sinceramente: Leonel Brizola no governo vai, desde o primeiro dia, dar combate incessante para derrogar esse modelo econômico que não é, na minha convicção, reformável, deve ser derrogado.

JOSE AUGUSTO RIBEIRO — Gabi, recebi no final de semana um apelo de dirigentes das entidades representativas dos engenheiros, dos técnicos e dos trabalhadores da Petrobrás, mais do que preocupados e angustiados com o que eles consideram o verdadeiro assassinato desta que é a maior empresa brasileira de todos os tempos. Gostaria de transmitir, não esta pergunta, mas este

correr do tempo, essa descentralização foi terrivelmente contaminada por uma hipercentralização. As chamadas Secretarias de Controle das Empresas Estatais começaram a intervir diretamente no mecanismo administrativo, no mecanismo gerencial, e embaralhou o processo completamente. Tendo embaralhado o processo, dificultou necessariamente a administração dessas empresas. Então, a primeira coisa — essas empresas do porte da Petrobrás, da Eletrobrás, da Telebrás, da Siderurgica Nacional —, precisa ser restaurada a verdade administrativa, para que elas possam cumprir a sua finalidade. Se não se for na raiz do problema, o problema fica sem solução.

COVAS — Naturalmente isso nos leva a uma longa digressão, a uma longa discursão aqui sobre o papel do que se chama privatização, estatização e porque o Estado afinal entrou numa época passada no investimento direto, o que ele representou ao longo do tempo como incentivador do que existia de mais moderno em matéria de tecnologia. Foi desta maneira que se instalou no Brasil a indústria de base, mas a rigor não é isso que foi perguntado. Foi perguntado especificamente sobre o problema da Petrobrás e especificamente o da Companhia Siderúrgica Nacional. A CSN tem aspectos extraordinários: uma produção de 4,5 bilhões de toneladas, 10% das folhas de flandres do Brasil. Ela é um símbolo, como a Petrobrás e, do problema de libertação nacional e do modelo de libertação econômica neste país. Talvez a CSN tenha sido a nossa única esperança depois da II Guerra Mundial. Foi a partir dela que se iniciou uma siderurgia neste país.

MALUF — Isto, porque não falaram do Banco do Brasil, que é a melhor instituição bancária deste país.

COVAS — Gostaria de saber uma coisa da mediadora: no instante em que ela pediu para eu me calar eu me calei. Imediatamente, o governador Maluf emplacou na minha pergunta. Pegou uma carona na minha pergunta para fazer um elogio ao Banco do Brasil. Eu pergunto se pode? Se puder eu vou a usar a mesma técnica.

MARILIA — Não pode... a terceira pergunta é do José Paulo Andrade.

JOSE PAULO ANDRADE — Vou perguntar ao Lula e quero o comentário do Caiado: Dois Poderes já foram muito comentados aqui: o Executivo, claro, porque são todos candidatos a presidente da República, e o Legislativo. E quanto ao Judiciário? Como nós sabemos, a CUT, a entidade que apóia o PT, muitas vezes contesta as decisões judiciais continuando greves, mesmo quando eram declaradas ilegais, e agora quando declaradas improcedentes, que administrações do PT também têm se insurgido — o caso de Santos — contra as decisões judiciais, nós queremos saber do Lula como será a Justiça, com o PT na Presidência? O Lula vai respeitar a Justiça?

LULA — Pobre do País cujo presidente da República possa meter o dedo nas decisões do Poder Judiciário. Acho que o Poder Judiciário tem ser autônomo, tem que ter autonomia suficiente para tomar suas deliberações, sem precisar da intromissão do Poder Executivo e sem precisar da intromissão do Poder Legislativo. E falo muito à vontade, porque fui vítima desse Poder Judiciário, porque fui condenado a 3 anos e meio de cadeia pela Justiça Militar, quando eu era inocente. Eu fui cassado em meu sindicato, quando era inocente. Fui e vi centenas de trabalhadores serem mandados embora, inclusive antes de a própria Justiça se manifestar. De forma que acho que o Poder Judiciário de hoje não age com a independência correta com que deveria agir. Acho que o Poder Judiciário representa interesses da classe dominante, e não da sociedade brasileira, e não tem autonomia suficiente para isso. Quando nós acabamos de assistir a uma briga vergonhosa do ex-ministro da Administração, Aluizio Alves, que ficou brigando com o próprio Poder Judiciário, para ser ministro do Superior Tribunal Militar, isso demonstra que não há independência do Poder Judiciário. Espero e tenho a convicção de que, num Governo administrado por mim, o Poder Judiciário será autônomo e será respeitado em toda a sua plenitude.

CAIADO — Discordo da teoria do deputado Lula de que o Poder Judiciário está vinculado a algum grupo ou não está cumprindo a lei neste país. E um poder que não está aparelhado, e não tem condições mínimas para implantar a lei no País. O que está acontecendo é que, muitas vezes, como ele citou, entidades não acatam a lei. Só entendendo democracia num país onde todos nós somos prisioneiros das leis. No momento em que cada um acha que deve atuar ou fazer o que bem entende, isso é baderna, é total descumprimento das normas legais.

LULA — O telespectador tem consciência de que, na maioria das vezes que uma categoria profissional desrespeitou uma decisão do Poder Judiciário foi porque, embora legal, uma posição judicial é meramente injusta do ponto de vista da reivindicação. Não dá o mesmo tratamento às partes que estão em negociação. Vou dar um exemplo concreto aqui: Um dia a Justiça se autodeclara incompetente para julgar uma greve. No dia seguinte, em função da pressão da ministra do Trabalho, essa mesma Justiça volta atrás e se julga competente para julgar aquela greve. E aí julga a greve como ilegal. O que eu estou afirmando aqui não é nem caso contado, nem notícia de editorial de algum jornal, é coisa vivida por centenas e centenas de categorias de profissionais. Houve até um caso agora na Justiça que permitiu que o Exército invadisse a siderúrgica de Volta Redonda.

CAIADO — A preocupação que eu tenho, Marília, é que, se nós não chegarmos aquilo que a sociedade realmente espera de nós neste momento... Acho que temos que dar pique nesse debate.

FERNANDO MITRE — Quero fazer uma pergunta ao Dr. Paulo Maluf e gostaria que o Dr. Roberto Freire comentasse a resposta dele. Dr. Paulo, o dinheiro anda curto no Brasil, como sabemos, no nível do investimento e em todos os níveis, principalmente no bolso do assalariado. Há um grande sofrimento, a inflação está comendo o salário do

trabalhador. O senhor acaba de voltar da Bolívia entusiasmado aparentemente com a receita aplicada lá: uma receita que busca atacar com vigor o déficit público, cortar gastos e provocar um sofrimento grande. Há um custo social muito grande nisso aí. Gostaria de saber até onde o senhor iria com esse custo social combatendo a inflação aqui no Brasil como presidente da República?

MALUF — Temos que fazer uma escolha. E essa escolha permite somente duas opções, não há três. A primeira delas é fazer um governo fraco, nomeando parentes de deputados e senadores.

Um governo com mordomias, um governo com marajás. Este não é o governo nem a opção que eu escolheria. Escolheria a opção de um governo com autoridade, onde quem trabalha no setor público ganha e ganha bem. Quem não trabalha, será demitido. Um governo onde não existam mordomias, onde não exista essa discrepância salarial, um governo onde não permitíssemos que quem trabalha seja penalizado, como hoje acontece. O assalariado é mordido pelo Leão e quem não faz nada corre o risco de virar ministro. Esse é o tipo do governo que não será o meu. O meu governo será com austeridade e eu preferiria causar um custo social a 100, 200 ou 300 mil fantasmas que não trabalham, a dar um custo social como hoje existe a 140 milhões de brasileiros que são roubados todos os dias. E o governo cada vez mais rico, mais larápio e o povo cada vez mais pobre. Inclusive, uma boa maneira de você fazer uma melhor distribuição de renda é de quem ganha até 10 salários mínimos não pagar imposto de renda na fonte e aumentar esse imposto para quem ganha acima de 30 salários mínimos. De maneira que a distribuição de renda, a produção, a austeridade no setor público, a autoridade do governo e a autoridade política de desejar fazer um pacto pela democracia, no meu entender, é que vão levar ao crescimento econômico para a felicidade geral do povo brasileiro.

FREIRE — Realmente a questão de escolha — aí nós estamos assistindo realmente à escolha daqueles que são da classe dominante brasileira e que sempre penalizam o trabalho. Em nenhum momento ele colocou uma questão de escolha em cima da dívida, seja a dívida externa para os credores internacionais e a economia brasileira está sofrendo uma sangria tremenda de renda líquida e de transferência de recursos a título de remessa e uma série de outras transferências. Nem se discute também aqui, os incentivos e subsídios para, inclusive, pessoas como ele, que são representantes da classe dominante e que recebem subsídios do governo. Isso ele não discute como também não discute, por exemplo, os incentivos e subsídios que são dados a toda a chamada livre iniciativa. E, mais do que isso, ele não discute os juros escorchantes na economia brasileira e esses juros estão significando, em função da dívida interna, uma transferência de toda a sociedade via setor público para o setor privado, os especuladores financeiros. Vejam que é uma questão de escolha. Faço aqui a escolha contrária: quem vai ter que pagar algo são aqueles que sempre se beneficiaram desse modelo e não mais o trabalhador, não mais aquele que recebe salário.

MALUF — Faço escolha porque me parece que o interlocutor não ouviu a minha exposição. Eu disse neste minuto que faz parte do meu programa de governo isentar do imposto de renda na fonte quem ganha até 10 salários mínimos, pois não é justo que você que é descontentado na fonte esteja tendo um pedaço do seu salário tirado pelo governo, que você pague a um modelo injusto de nomeações de políticas, de nomeações de marajás, de nomeações de funcionários fantasmas e de mordomias. Quanto ao problema da dívida externa, não fui perguntado pelo Fernando, mas eu respondo que sou a favor de uma paralisação imediata do pagamento de juros do principal e de uma renegociação, para que haja um desconto. O Brasil já pagou muito pela sua dívida externa; não deve mais continuar pagando os títulos pelo valor nominal, quando no mercado secundário esses títulos vão a 40%, 38%, e 36%.

Quanto aos juros esqueci-me de mencionar que quem faz tudo isso não é a empresa privada e nem o trabalhador, é o governo.

MARILIA GABRIELA — Vamos continuar o nosso programa?

JOSE PAULO DE ANDRADE — Sobre o comentário do governador Brizola. O Plano Verão conseguiu arrochar os salários mas não conseguiu congelar os preços. Como se pode compatibilizar o combate à inflação, com a redução dos sacrifícios que, sistematicamente, as políticas econômicas impõem aos assalariados em todo o Brasil?

AFIF — Perfeitamente. Vamos deixar claro uma coisa. Hoje, o diagnóstico está bastante claro, no Brasil. Quem está cuidando da pobreza é a economia informal. Essa economia de baixo do pano, é o camélé, é a empresa que hoje tenta sobreviver, porque a lei da sobrevivência é a maior das leis do País. Hoje, cerca de 28 milhões de trabalhadores, representando 53 por cento da população economicamente ativa, estão na informalidade e o Estado está a serviço dos poderosos. O Estado está a serviço, exatamente, da estrutura das grandes cúpulas, seja estatais ou privadas — e aí concordo com Roberto Freire sob o aspecto do subsídio, porque, o que tem de marmanjo mamando nas tetas governamentais, não está escrito. Então, choque a partir daí, uma política muito dura para a política do ajustamento de estrutura do Estado para que ele pare de privilegiar, seja o lado econômico perulário, aquele que joga o dinheiro fora, seja também sustentando atividades privadas, à custa de subsídios, porque nunca tivemos uma análise de custo, benefício dessa estrutura. A partir daí, com o rigor da austeridade em cima de um plano de governo, nós temos de derrubar a inflação e derrubar a taxa de juros. Derrubando a taxa de juros o dinheiro volta para a atividade produtiva novamente. Por que o trabalhador tanto sofre no Brasil? Porque hoje o dinheiro não está a serviço do trabalhador, ele está a serviço da especulação, comandada pela estrutura do poder, do Estado e dos seus apaniguados. Porque na hora em que abaxarmos a inflação,

atacando a causa, o dinheiro volta para a atividade produtiva e, voltando para a atividade produtiva, começa a gerar emprego. Provocando a falta de mão-de-obra, começamos a elevar o salário. Esta é a única regra que conheço, ou seja, os choques dos capitais em benefício do trabalho, para que haja mão-de-obra, para que ela suba de valor. Esta é a fórmula que daremos no nosso programa de governo.

MARILIA — Brizola, um minuto de comentário.

BRIZOLA — Perfeito. No meu modo de ver, acho que a classe dirigente brasileira divaga nessa questão. Uma inibição não admite que a causa da inflação essencial, fundamental é esse processo de afogamento no papel de inflação, são as perdas internacionais. Não admite. Isso é uma questão até de natureza cultural, porque eles estariam principalmente admitindo a cumplicidade. Toda Nação em cuja economia entra mais riqueza do que sai não tem inflação. Toda Nação, como a nossa, onde há maior perda de riqueza em relação ao que entra, está mergulhada num processo de inflação. Eu queria dizer o seguinte: a dívida é consequência do modelo pendular. Por que tivemos de tomar dinheiro emprestado? Foi porque fomos gastando. Em 82 a mamata acabou e aí começou a dívida interna, que hoje é maior que a dívida externa. A dívida interna, telespectador, é de 150 bilhões de dólares e a dívida externa de 114 bilhões de dólares. Tudo porque o modelo que beneficia a alguns poucos em detrimento de todos aí está. O Estado brasileiro tira tudo do que não tem para dar a cada dia a quem mais tem. Ou por ser amigo do rei ou por pagar um bom intermediário, que sabe como ninguém usar o Tesouro público.

FREIRE — Eu queria dizer que ele falou do subsídio e eu quero dizer que ele também defende, inclusive, a chamada economia informal, que é uma forma travessa de as pessoas não obterem um compromisso com fisco. Só queria mostrar que ele, por um lado, defende que não se leve dar subsídios aos incentivos para a atividade formal, mas para a informal. Ele defende que fique fora do sistema.

JOSE AUGUSTO RIBEIRO — Minha pergunta é para o Ronaldo Caiado e o comentário deve ser do Lula. Até quando, candidato Ronaldo Caiado, brasileiros vão morrer pelo sonho de ter a sua terra?

CAIADO — Enquanto estiverem frente do ex-Ministério da Reforma Agrária, agora uma autarquia do Ministério da Agricultura, pessoas incompetentes, que não sabem como, realmente, formular um programa de reforma agrária. Quero deixar bem claro: o problema no Brasil não é estatística, o problema do Brasil é ter uma pessoa capaz, para realmente dar oportunidade a todos aqueles que não têm verbas, mas vocacionados para a posse, poderem improdutivos do Governo Federal. Vamos deixar bem claro para toda a sociedade que nunca apoiaremos uma medida contra a reforma agrária, porque nunca existiu no mundo um Congresso que fosse a favor da reforma agrária ou contra a reforma agrária. Foi votado um Congresso que defendia a terra produtiva e nós acatamos isso. E aqueles que queriam penalizar a terra produtiva, fazendo contenda com o chapéu alheio, mas realmente querendo destruir os setores produtivos primários — que já cumprem a sua função social, que é gerar riquezas — e graças a esse setor estamos na terceira safra recorde deste País, apesar do atual Governo. E é este setor o grande sustentáculo desta Nação, e é este o Brasil que, não só conheço, mas que dele participo. É este Brasil que deveríamos discutir hoje, para deixar bem claro que produtor rural ou empresário urbano não é especulador. Produtor rural ou empresário urbano, com o trabalhador, são aqueles que estão envolvidos em realmente gerar riquezas para uma Nação. Agora, muitos aqui falam de um inimigo oculto, falam disso ou daquilo, mas não dão os nomes. Vamos dar nomes aos bois. Por que estamos nessa situação atual, hoje? Porque simplesmente é privilegiado só o dinheiro, o capital, mas penalizado o salário de quem produz.

LULA — Acho que o Caiado disse, na minha opinião, uma inverdade, com relação à disputa que se deu na Constituinte, com relação à reforma agrária. Na verdade, tinha muita gente contra a reforma agrária, porque nunca lá se estabeleceu um debate de quem era contra a propriedade e de quem era favorável à propriedade. Em primeiro lugar, porque nós defendemos propriedade para todo mundo, e não só para alguns privilegiados. O que nós queríamos, na verdade, era que não apenas as terras devolutas, mas também os latifúndios improdutivos, fossem distribuídos e que isso fosse discutido a partir de um levantamento real. O que se omitiu é que nunca houve a violência que houve, na Constituinte, em função da discussão da reforma agrária. Aliás, é importante lembrar, foi a única vez que teve briga no plenário. Acho que todo mundo conhece o plenário da Constituinte. Até houve briga, de tacar microfone na cabeça de um do outro, virar a mesa, porque alguns latifundiários deste País, os mesmos que andam promovendo a violência no campo, os mesmos que mataram o Chico Mendes, e que quiseram evitar que a gente pudesse ter uma distribuição de terras neste País. Isso é matéria produtiva, e não matéria especulativa, como nós vemos hoje.

CAIADO — Eu gostaria de deixar bem claro, a toda a sociedade, que o deputado realmente parece não ter acompanhado a votação do capítulo da Reforma Agrária. O que nós defendemos foi só a terra produtiva. Nós nunca defendemos terras improdutivas, grileiros, invasores ou especuladores. A vida inteira, defendemos aquele que realmente, com o seu suor e trabalho, faz a terra produzir em peso nesta Nação. Agora, o deputado quis alegar o caso da violência no campo. Olha, minha gente, eu respeito e acredito na eternidade da alma. E tenho certeza de que Ele, lá em cima, sabe quais são aqueles que estão se utilizando Dele para fins políticos. Acho que já ficou bem claro, o responsável e o mandante estão presos, mas não podemos aceitar essas ilações ou calúnias.

MARILIA — Estamos encerrando este bloco, lembrando mais uma vez que outros dois candidatos foram convidados e não aceitaram participar. O candidato pelo PMDB, dr. Ulysses Guimarães e o candidato do PRN Fernando Collor de Mello. Esta é a campanha presidencial de 89, e nós não vamos parar por aqui. Já temos programados outros debates em outros modelos e estamos pensando no segundo turno. Todos já foram convidados. Esperamos poder contar no debate com os dois finalistas do segundo turno, aqui, pela Rede Bandeirantes. Continuando, os jornalistas perguntam. Pela ordem alfabética, Fernando...

FERNANDO MITRE — Quero perguntar ao senador Mário Covas e gostaria que o dr. Brizola comentasse a resposta dele. Senador, o senhor, naquele famoso discurso em que propôs o choque capitalista, até surpreendendo muita gente, parece ter avançado um pouco nas suas posições em relação à Constituinte. Eu digo, avançado no sentido mais liberal da palavra. O senhor buscou um ponto mais liberal do que parecia ser sua posição durante a Constituinte. Pergunto o seguinte: no seu projeto de choque capitalista, como é que entra o FMI. Ontem, os ricos reunidos em Paris, decidiram que a dívida externa não vai ser tratada caso a caso, assim como decidiram também uma série de outras coisas que precipitariam uma política tercelomundista aparentemente. Como é que seu choque capitalista se coaduna com isso?

COVAS — O discurso tem que ser tomado como um todo, ele não vai pegar uma série de coisas que ao longo da história da Constituinte nós pregamos, algumas delas vitoriosas, outras não. E um discurso em que se fala sobre a necessidade da reforma agrária, sobre distribuição de renda, onde se fala que há um direito das Nações, e uma Nação não pode ser torturada pelas outras por uma dívida externa. A mim me parece que não está em discussão neste país, neste instante, e não está em discussão porque foi discutido na Constituinte, não está em discussão o capitalismo e o socialismo. Foi decidido na Constituinte, está lá escrito, que a ordem econômica na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observada a soberania nacional etc. etc. O que me parece é que se temos um capitalismo, então façamos de maneira a que a maioria do povo brasileiro seja mais beneficiado, que ele não seja o instrumento a partir de um estado cartorial como o que temos hoje, que ele não seja aquilo que tradicionalmente tem sido, que já foi repetido aqui por alguém, não sei quem foi que fez a referência, tradicionalmente você socializa os prejuízos e privatiza os lucros, em que você no mesmo instante em que discute a necessidade de privatizar certos credores estatais — e meu partido é inteiramente de acordo com isso, porque o meu partido quer o Estado voltado para o exercício de determinada política social onde ele se atrofiou, como educação, meio ambiente, política de educação, política urbana, política de transportes etc. — ao mesmo tempo em que isso se faça também uma desprivatização do Estado, ou seja, a eliminação de uma prática cartorial pela qual certos setores da economia privada se associam com o Estado em seu próprio benefício.

BRIZOLA — Naturalmente que vou me ater aos detalhes que foram focalizados pelo senador, embora ele não tenha se referido à questão do FMI. Na verdade, estamos vivendo aqui um falso dilema nessa história de estatizar, privatizar, um falso dilema. A rigor, o que este país precisa mesmo é de um choque de interesse público, de vergonha, e nestas questões internacionais, de soberania, de consciência nacional. Acho que a partir daí as coisas se modificam muito aqui. O País aceitou o status depois da guerra que se foi agravando, agravando, agravando e acabamos nesse capitalismo selvagem. O Brasil hoje está sob o domínio de um capitalismo selvagem de natureza colonial. O que cumpre é enfrentar esta questão; do contrário estaremos aqui discutindo os detalhes de uma situação que cobre todos nós.

COVAS — Com relação à dívida externa, na qual o problema do FMI está envolvido e no qual inclusive a proposta recente envolve, a proposta do PSDB é muito clara a esse respeito. Em primeiro lugar, a constatação de que este problema da dívida externa é hoje um fator paralisante do nosso crescimento econômico. Em segundo lugar, porque ele acaba transferindo para nós, no mais das vezes, problemas que sequer são nossos. No instante em que o presidente do Banco Central, nos Estados Unidos, aumenta 1% na taxa de juros, isto representa 1 bilhão de dólares adicionais que nós pagamos naqueles anos de juros da nossa dívida externa. Outro dia falei que erradicava o analfabetismo, se o PSDB fosse eleito, em 5 anos. Para erradicar o analfabetismo neste país é preciso correspondente a 2 bilhões de dólares para alfabetizar 20 milhões de pessoas. Dois bilhões de dólares em 5 anos representam 400 milhões de dólares por ano e 400 milhões de dólares representam exatamente 4% do que pagamos de juros atualmente para a nossa dívida externa. A nossa proposta com relação a isso — e isso depende do FMI —, é a redução da dívida para o valor que por ela se paga no mercado secundário.

FREIRE — Marília, fui citado e não quero nenhum choque, eu quero democracia. Quero dizer que não vou dar nenhum choque de socialismo, mas acho que o Brasil pode começar a discutir o caminho socialista. Nós estamos falando muito em distribuição de renda, estamos falando muito de soft em capitalismo e eu queria discutir também uma classe dirigente para este País, novos valores de sociedade, e a transição socialista. E queria dizer que a Constituição, mesmo não falando em socialismo, também não fala no parlamentarismo. E nós, junto com o senador Mário Covas muito provavelmente, vamos tentar mudar a Constituição para implantar o parlamentarismo e também poderemos mudar naquilo que impedir a transição ao socialismo.

COVAS — Nós vamos fazer hoje a eleição com o presidencialismo.

JOSE AUGUSTO RIBEIRO — Vou perguntar para o governador Brizola

AURELIANO

“Para desenvolver-se, o País também precisa das estatais”



O engenheiro Aureliano Chaves está erguendo uma construção especial com a sua candidatura a presidente: a do candidato que diz o que pensa, dúvida de sua eleição e admite que sua mulher era bela “quando jovem”. E uma construção que choca sua escola política em Minas.

Mas, na realidade, Aureliano perdeu o traquejo para disputar eleição nas urnas. A última foi em 70 para deputado federal. Depois ficou amigo do general Geisel, foi nomeado governador de Minas em 75 e eleito vice-presidente bônico em 78 na companhia do general Figueiredo.

Tentou em 85 a sucessão — indireta — de Figueiredo, mas foi atropelado pela engenharia de Tancredo Neves. Abriu uma dissidência no PDS para apoiar Tancredo-Neves. Como recompensa, ficou com o Ministério das Minas e Energia e agora marcha como o candidato inviável de um PFL rachado por todos os lados.

la e gostaria de ter o comentário do senador Affonso Camargo. Vou insistir na questão do salário, porque, a curto prazo, para quem vive de salário, essa é a questão. Os dramáticos. Como é que ficam os salários se o governador Brizola for eleito? Como ficam os salários se o senador for eleito presidente?

BRIZOLA — Na verdade, essa questão do salário é inseparável da renda em geral da população brasileira e, principalmente, da situação dos aposentados. Essa é uma característica em nosso País pois nós estamos no fundo do poço, tocando no chão, a esse respeito. E um escândalo para um País com uma economia que tem tal produção em termos de índices.

Então, um Governo coerente terá que, a partir do primeiro dia, trabalhar, assumir uma política que seja justamente o inverso do que tem ocorrido no País. Procurar contrariar esse fluxo de acumulação em mãos de uma minoria, a concentração da renda, e fazer com que as rendas dos salários, e as aposentadorias subam. O Governo tem um papel e não pode entregá-lo ao mercado. Que mercado? São essas pressões do chamado mercado que nos fizeram cair e nos levaram a essa situação. O Governo tem que atuar como o grande mediador e impulsionar os salários. O Brasil precisa, vamos usar a palavra, de um “salariário” a partir do começo, do início de um governo coerente neste país. O governo que assumir a gestão do país terá que trabalhar intensivamente em favor da elevação do salário. Precisamos defender a economia nacional, para podermos inverter este fluxo, que está se acumulando na mão da minoria, em benefício do conjunto da população. Só assim teremos desenvolvimento, porque teremos mercado interno, teremos um padrão de vida e teremos poder de compra da população. Teremos a incorporação de todas as áreas de pobreza, de miséria, o chamado mercado informal, há pouco referido.

CAMARGO — Eu continuo com certa preocupação de que, sem crescimento econômico, nós não vamos conseguir aumento do salário real. E me parece que há um problema também indiscutivelmente estéril, que é o problema do salário-mínimo, que realmente tem que ser atendido, porque está escrito na Constituição. Somos vzeiros em escrever e depois não cumprimos.

BRIZOLA — Permite-me um aparte? A economia cresceu muito, nos últimos 20 anos, e os salários perderam. Quer dizer, não dá para esperar a economia crescer. Isso foi uma grande chantagem, a chantagem do bolo, que nos aplicaram.

CAMARGO — Na minha opinião, tem que crescer, tem que haver insistência nacional para diminuir preços — porque nós somos um país do desperdício —, ao mesmo tempo em que se está aumentando salários, e tomar providências, como quando fui ministro, criando o vale-transporte, que foi um aumento real de salários, de um ponto que era absolutamente injusto, que era o que se pagava pelo transporte urbano. Os trabalhadores de salário mínimo chegavam a pagar mais de 30 por cento do seu salário para se transportar, obrigatoriamente, de sua casa ao seu local de trabalho. Sem crescimento econômico, eu não vejo

como aumentar os salários.

CAIADO — Eu gostaria que o ex-governador Leonel Brizola citasse, porque acha que devemos fazer aqui uma coisa bem clara para a sociedade poder entender, quais são as minorias que realmente estão abocanhando grande parte do dinheiro do Brasil, ou seja, que estão concentrando a renda do Brasil. Gostaria que o senhor nomeasse realmente quais são aqueles claramente eleitos como inimigos, para que não confundam o trabalhador com produtor, ou com empresário, porque estão todos alavancando o País.

MARILIA — Vamos organizar. Dr. Brizola, o senhor fala.

MAIUF — Vocês não vão continuar perguntando?

MARILIA — Vão continuar perguntando.

BRIZOLA — Como fui citado, quero usar os meus 60 segundos. Vejam o seguinte: um homem inteligente como o dr. Caiado, médico, o senhor não sabe que há concentração de renda no Brasil?

CAIADO — Concentração?

Brizola — E só ver a estatística. O senhor quer que eu lhe dê um exemplo só? Um exemplo, porque são muitos os que fizeram fortunas, somaram muito dinheiro. Vou citar o dr. Roberto Marinho, o homem mais rico do Brasil. Empresário cartorial, porque ele tem aquela concessão que é um cartório. E não é desses empresários tão competentes! Tanto que foi lá fora e apanhou. Tem de vender tudo, porque está dando prejuízo, porque lá ele tem de pagar salário. Então, vejamos o seguinte: estão aí as estatísticas oficiais mostrando que houve uma concentração de renda, é isso que quero dizer. Aquela teoria do bolo é um conto, é o conto do bolo, porque o exemplo que vem dos outros países todos é que, quando cresce a economia, crescem as rendas da população. Do contrário, não é desenvolvimento, é um inchar a economia, de uma natureza colonial, submetendo a população sem nenhuma estabilidade.

MARILIA — Continuando as perguntas: José Paulo Andrade...

JOSE PAULO ANDRADE — Vou perguntar para o dr. Aureliano Chaves.

MARILIA — Só um minutinho. O Lula está me fazendo sinais. Você queria fazer um aparte dentro do assunto?

LULA — Estou querendo pedir um aparte, mas estou querendo permitir que todo mundo participe do programa, porque eu queria fazer um comentário sobre a questão salarial levantada aqui, para colocar que o papel do Estado não é o de se meter, mas de aceitar que livremente o movimento sindical possa estabelecer negociação coletiva com a classe empresarial. O papel do Estado é não permitir que os empresários repassem no custo do produto aquilo que é um aumento concedido para os trabalhadores através do CIP, através de outros instrumentos que o empresário começa a passar.

FREIRE — Eu queria falar também que...

MARILIA — Ai vamos entrar numa cadeia interminável. Vamos organizar.

FREIRE — Eu não sou a favor da livre negociação de salário. Acho que aos trabalhadores não interessa isso, mas aí, como vamos discutir?

Pode ser feita uma pergunta nesse sentido que complementa. Qual seria então a posição da esquerda brasileira representada, a respeito do salário?

MARILIA — Passamos ao sexto bloco do encontro dos presidentiáveis pela Rede Bandeirantes de Televisão, dando a largada para a campanha presidencial. Não posso deixar de lembrar ao telespectador que estão aqui nove candidatos à Presidência da República que concordam em participar do programa. Outros dois foram convidados, o candidato pelo PMDB, dr. Ulysses Guimarães, o candidato pelo PRN, Fernando Collor de Mello. Eles não aceitaram, por isso não estão aqui. Voltando para o esquema dos jornalistas que fazem perguntas, e que escalam um comentarista. Apartes não mais serão concedidos, porque não nos entrosamos no sistema de apartes. Vamos tentar desta forma? José Paulo Andrade, havia parado em você. Quem é o seu perguntado?

JOSE PAULO ANDRADE — Acredito que esse sistema de apartes não deu certo porque é o primeiro encontro de presidentiáveis na história do Brasil. A minha pergunta é para Aureliano Chaves, que foi vice-presidente da República, e ministro do Governo Sarney até alguns dias atrás. Qual seria a proposta dele em relação aos salários, para retomar o tema? O Estado continuará sendo paternalista? Quero comentários do Afif Domingos.

AURELIANO — O Estado não pode ser paternalista, tem de ser realista. E claro que existe uma relação estreita entre salário nominal e salário real. Não adianta pensar que se vai resolver o problema do assalariado apenas destinando a este a ficção de um salário nominal. Tem de ser salário real. Não é preciso falar que o Brasil é um País que tem má distribuição de renda. Isto é visível. A qualquer momento, qualquer brasileiro identifica isso com extrema tranquilidade. Agora, o que o Brasil precisa, antes de mais nada, é criar condições de melhoria da produtividade nacional, que ainda não corresponde às necessidades reais de desenvolvimento deste país. Por exemplo o Brasil atingiu hoje uma produção de grãos da ordem de 70 milhões de toneladas. É um valor absoluto grande, mas um valor relativo pequeno. Para 150 milhões de habitantes, 70 milhões de toneladas de grãos significam menos de 500 quilos de grãos por habitante/ano. A União Soviética, que há bem pouco tempo foi obrigada a importar grãos e normalmente importa grãos, tem uma produção da ordem de 200 milhões de toneladas para uma população de 280 milhões de habitantes, isso significa uma produção superior a 800 quilos de grãos por habitante/ano. Então o Brasil precisa cuidar da melhoria de produtividade isso significa tecnologia. Quem não domina o cérebro, a inteligência, não domina a economia. O Brasil tem que desenvolver um grande programa de pesquisa em todos os ramos e, particularmente, no setor agrícola. Nós desenvolvemos, progredimos, mas ainda não o fizemos de maneira suficiente. Agora, o que é preciso, a par disso, é criar condições para que a distribuição de riqueza se processe de maneira mais efetiva. E o salário é um veículo de distribuição.

AFIF — A pergunta que eu faço é sobre salário, porque estou vendo aí uma discussão: ninguém sabe qual é o valor do salário hoje. A ministra manda procurar pela Justiça, depois se remete a discussão para o Congresso para saber qual é a fixação do salário. Se é de 81, se é de 120... e o que fica claro para nós é que hoje o custo da alimentação está subindo a tal ponto que vai precisar de uma vez e meia o valor do salário mínimo para cobrir o custo da cesta básica, que está crescendo numa proporção astronômica. Portanto, se não atacarmos urgentemente a causa da inflação, porque é a inflação que hoje está acabando e correndo o salário, porque o trabalhador é o último elo da corrente, ele não pode se recuperar, então as perdas são absurdas e absolutas e esta estrutura do Estado paternalista é aquela que em detrimento dos mais pobres sustenta os mais ricos. Eu só queria lembrar que, desta cesta básica, 25% em cima dos alimentos é recolhido ao Estado. Quer dizer, até em cima da miséria do trabalhador na área de alimentos o Estado está tomando dinheiro de imposto.

AURELIANO — Esse é um dado em realidade, aí a razão pela qual o Estado precisa ter autoridade. Quem quer que venha a assumir a Presidência da República tem que ter dois compromissos: o compromisso com a verdade, e a verdade significa evitar a mistificação, informações que não correspondem especificamente aos fatos; e, por outro lado, pela autoridade, porque quem quer que venha a assumir a Presidência da República deve ser ungido naturalmente da preliminar da autoridade, que é o voto popular, mas do exercício da autoridade, que só pode necessariamente conviver na medida em que quem assumir a Presidência da República for capaz de exercer a autoridade, fazendo cumprir as leis. E muito comum se dizer que esta Constituição torna o País ingovernável. A primeira coisa que temos que fazer antes de discutir uma lei é cumprir a lei, cumprir o texto constitucional, fazer cumprir, verificar o que ocorre no decorrer do cumprimento da lei, para saber quais são as modificações que devem ser introduzidas. Não podemos fazer o papel daquele que diz: não experimente e não gostei.

FERNANDO MITRE — Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Maluf e gostaria que o senador Covas comentasse.

É a respeito da dívida interna. Sabe-se que a dívida interna talvez seja o maior problema na economia brasileira hoje. Há algum tempo, houve uma polémica nos jornais e algum temor de que houvesse algum calote este ano em relação à dívida interna. A Flasp até fez uma proposta ao governo e declarou abertamente que temia a possibilidade de um calote. Perguntaria ao Dr. Maluf, e depois gostaria de ouvir a opinião do senador Mário Covas: Como o senhor tocara a questão da dívida externa. O senhor tentaria renegociar essa dívida?

MAIUF — Não, porque a dívida interna é sagrada. O Governo não pode perder a credibilidade e dar o calote naquele que deposita na caderneta de poupança, naquele que

aplicou num título do Governo. Agora, a dívida interna não é causa, a dívida interna é consequência. Quais são as causas? São os outros três orçamentos, que estão deficitários: o orçamento fiscal, que é deficitário porque o governo gasta mais do que ganha; o orçamento previdenciário, porque o Governo lá, infelizmente, mantém funcionários fantasmas e o maior desperdício — você, que me está ouvindo, está sendo literalmente assaltado por uma aposentadoria que lhe é roubada, porque você contribui 30, 35, 40 anos e depois, quando você se aposenta, praticamente tem de continuar a trabalhar, e tem de aumentar ainda a alíquota do empresário e a alíquota daquele que trabalha. Para quê? Para garantir uma melhor aposentadoria de quem trabalha? Não, para pagar aquele que já está aposentado — e o terceiro orçamento, que é o déficit das estatais. Então, com o déficit do orçamento fiscal, que é IPI e Renda, o déficit previdenciário e o déficit das estatais, dá como consequência, não como causa, o déficit monetário. Então esse déficit de orçamento monetário é que gera infelizmente, essa dívida interna. Então se corrigirmos, não gastarmos mais do que ganhamos, se corrigirmos as estatais para que elas não empreguem mais do que necessitam, se corrigirmos a Previdência Social, não haverá déficit interno, porque o orçamento monetário será administrado dentro de uma realidade de austeridade, de uma realidade de competência e não de acordo com uma ficção, onde o Governo hoje, infelizmente, é aquele que dita esses juros altos, os juros mais altos da praça, que são infelizmente ditados todos os dias pelo Banco Central, no over, que é absolutamente pornográfico. Então, equilibrando-se o orçamento das estatais, o orçamento da Previdência e o orçamento fiscal, não haverá a necessidade de calote interno.

MARILIA — Mário Covas, um minuto por favor.

COVAS — O problema de uma dívida interna não é o seu montante. Em termos do Produto Interno Bruto, a dívida interna italiana ou a japonesa é maior que a brasileira. O problema de uma dívida interna é como você a financia, em que prazos e em que condições. No Brasil, ela é financiada a 24 horas de prazo e com juros que chegam a ser de 20 por cento real, ao mês. Com isso você dobra a dívida interna a cada 3 meses. Ora, evidente que é preciso alongar o perfil da dívida e isso não significa calote de forma alguma. Alongar o perfil da dívida significa renegociá-la inclusive com certas áreas que não precisam da liquidez de 24 horas. Alongar o perfil da dívida significa retomar certos setores — por exemplo, os bancos — e através deles negociar prazos maiores e condições melhores que, afinal, um Governo sério, pelo que ele possa inspirar de credibilidade, acaba por oferecer. É evidente que não basta isso.

MARILIA — Maluf, um minuto.

MAIUF — Repito: a dívida interna não é causa. A dívida interna é consequência de um governo que gasta mais dos outros orçamentos sem autorização legislativa, de um governo que tem déficit das estatais, e esse déficit das estatais tem de ser coberto pelo Tesouro através do orçamento monetário. De um governo que tem déficit na Previdência Social, assalta o assalariado, o aposentado e o pensionista, e tem de financiar isso através de um orçamento monetário, de um governo que tem um déficit no seu orçamento fiscal e com isso é obrigado a pagar com juros mais altos. Portanto, recomendo um governo com austeridade, um governo que gaste menos do que arrecada, que não promova o déficit das estatais, que não promova o déficit da Previdência Social e um Governo que não dê o calote na sua dívida interna, porque isso representa tirar toda a credibilidade de qualquer governo constituído.

MARILIA — José Augusto Ribeiro.

JOSE AUGUSTO RIBEIRO — Uma pergunta para o Lula e comentário para o deputado Roberto Freire. Adianta estarmos discutindo todos esses problemas aqui, ou como parecemos insinuar as últimas pesquisas, a eleição já está decidida no primeiro turno?

LULA — Primeiro acho que adianta discutir os problemas do Brasil como estamos fazendo aqui. Acho que temos a obrigação de garantir que o povo brasileiro, no dia 15 de novembro, ao se dirigir para votar, se dirija com a maior consciência política, com a maior clareza possível sobre as propostas programáticas de cada partido político, que se dirija para votar conhecendo profundamente o passado e o presente de cada candidato, que ele se dirija para votar tendo uma nitida e exata noção do que ele está fazendo, e para isto o debate é a forma mais esclarecedora possível. Obviamente que seria mais interessante se tivéssemos um debate tete-a-tete, dois a dois. Um debate com nove pessoas, normalmente dificulta um pouco.

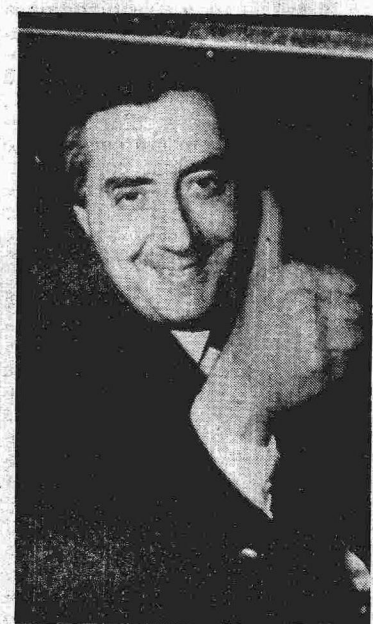
JOSE AUGUSTO RIBEIRO — Lula, desculpe. Aliás, a Bandeirantes já está convidando todos os candidatos para um debate tete-a-tete. Basta que os senhores aceitem.

LULA — Acho extraordinário isso. Acho que as eleições não estão definidas. Acho que o povo brasileiro, depois das últimas eleições para Presidente, em 1960, quando votou numa “vassoura” e não deu certo, não vai votar numa nova mentira, que está sendo colocada 24 horas por dia na cabeça do povo. Mas acho que o povo vai conseguir fazer uma reflexão profunda e vai votar, dessa vez, querendo mudar o Brasil. Acho que o povo já está cansado de determinados segmentos sociais governando o Brasil há muitos anos e acho que a sociedade brasileira tem renovação e essa renovação passa por mudança de classes sociais para governar este país.

FREIRE — As eleições não estão decididas. Se levarmos em consideração que 70% ainda está indecisa, evidente que não podemos dizer que tenhamos um resultado. Até porque pesquisa não substitui. Agora, gostaria de dizer que este debate que está se realizando aqui, talvez, seja aquele com maior frequência dos candidatos a presidente. Lamentavelmente, essa não tem sido a regra e debates não podem ser só debates com a televisão; os debates terão que ser feitos com toda a sociedade brasileira, uma sociedade organizada.

AFIF

“O Governo acaba a serviço da especulação financeira”



O empresário Guilherme Afif começou sua vida em berço de ouro, sob a proteção de pais ricos e da faixa próspera da colônia libanesa em São Paulo, sob cuja bandeira ocupou seu primeiro posto público como secretário da Agricultura em 1979 do governo do patricio Paulo Maluf.

Com esse apoio entrou como candidato a vice na chapa malufista que disputou em 1982 o governo paulista pelo PDS, tendo na cabeça o engenheiro Reynaldo de Barros. Perdeu a eleição para a chapa do PMDB, que, com Franco Montoro, representava os novos tempos.

Elegeu-se deputado federal em 1986 pelo recém-criado PL. No próximo ano, disputa o governo de São Paulo contra o antigo protetor Maluf, sempre com a cobertura da próspera empresa de seguros que recebeu da família.

Recordo-me que em alguns debates que aconteceram recentemente no serviço de saúde pública no Brasil, um encontro nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência com a comunidade científica, poucos foram os presidenciáveis que foram. A maioria não quer ainda debates, não apenas os candidatos Fernando Collor e Ulysses, que não participam dos debates. Acho que os debates são importantes aqui, devem continuar, devem ser com toda a sociedade civil organizada, com a participação de todos, porque dizem respeito não é só a nós, que somos os candidatos, mas à sociedade brasileira. E esses debates talvez possam ajudar, para que se tenha uma nova dinâmica do processo eleitoral, porque ela ainda não tem a decisão.

LULA — A sociedade brasileira está ansiosa para que chegue o dia 15 de novembro. Acho que nós vamos discutir temas extraordinários, não neste debate, apenas, mas também em outros debates, como a questão de coisas que já foram discutidas aqui, aprofundar a questão salarial, sobre a questão da privatização ou estatização. Acho que temos temas em que a sociedade tem que amadurecer bem, mesmo porque existem visões diferenciadas e nem sempre a sociedade recebe as informações adequadas. Por exemplo, acho que deve haver milhões de pessoas nos assistindo aqui, mas tem outros milhões de brasileiros que, em função de ter que acordar às 3h30 da manhã, estão dormindo, não estão assistindo. Obviamente que vamos ter que, até o dia 15 de novembro, amadurecer esse debate. Por isso, estou convencido de que debates como estes é que vão dignificar a eleição do presidente da República. Acho que ele vai chegar lá maduro, sabendo que a sociedade quer, sabendo o que a sociedade está exigindo, e ele vai assumir compromissos públicos que, depois, ele será cobrado com maior frequência do que, até então, os presidentes indicados pelo Colégio Eleitoral ou por um general de Exército.

FERNANDO MITRE — Talvez pudéssemos aproveitar o momento e acertar o debate tête-à-tête, já que estão todos aqui, parece que todos concordam, ficariam apenas as datas a serem marcadas. Será que todos concordariam? Então a Bandeirantes acaba de acertar a nova sequência de debates tête-à-tête com todos os candidatos e esperamos que os outros dois que estão ausentes também concordem porque pela imprensa eles já disseram que debates com menos pessoas seriam mais adequados.

FERNANDO MITRE — Queria abrir o estabelecimento de uma briga aqui entre Caiado e Dr. Leonel Brizola, porque quando houve uma manifestação num bloco anterior o Dr. Brizola disse assim: está aí a UDR. Então eu gostaria de saber: Lula acusou a UDR de fazer tumulto no Plenário do Congresso Nacional. O Dr. Brizola agora há pouco se referiu à UDR. A UDR vai ganhar ou não, Ronaldo Caiado?

CAIADO — Pelo contrário, o que nós fizemos foi aquilo que se pratica em todo país desenvolvido. Cada segmento da sociedade se organiza numa entidade forte, independente, sem ter amarras ou vinculações com o Estado, aquela que realmente vem defender não só os seus princípios, mas até a sua sobrevivência. E o que é a União Democrática Ruralista? Uma entidade que congrega no seu selo mais de 80% de arrendatários, meeiros e pequenos produtores rurais. E uma entidade que teve a coragem na Constituinte, não só de lutar pela terra produtiva e defendê-la, mas de ser a única a sair em nível nacional para lutar contra a especulação e a agiotagem neste país. Nós levantamos a bandeira para derrubar a correção monetária, porque ela é um método utilizado para proteger o capital e penalizar exatamente quem produz e quem trabalha, beneficiando os homens que especulam, no sistema financeiro nacional. Então, temos que dar nomes aos bois. A UDR mostrou como fazer democracia. Tanto mostrou, que todas as vitórias que obtivemos foram na arena democrática, no campo raso do Congresso Nacional, e lá fomos vitoriosos em todos os nossos embates. E o que esperamos de um governo, o que esperamos de um país é que todos os segmentos possam desenvolver entidades independentes como esta, para que aí, sim, possamos ter a liberdade implantada no País e não os tecnocratas, os politiquinhos e os demagogos governando a Nação e sim o Brasil real, aquele que produz, trabalho e gera empregos para poder sem dúvida alguma despejar este país que especula, esse Brasil de agiotas que sonham.

BRIZOLA — Eu começava a dizer que imaginar a UDR no governo é uma piada; só pode ser uma piada neste país. Claro que foi um movimento que surgiu baseado em gente poderosa, com muito dinheiro, se deslocando para Brasília daquela forma nítida e subrepticiamente apoiada pelo próprio poder. O grande capital das grandes cidades também, através desse movimento, estava defendendo as concessões de terras que recebeu durante a ditadura. Este país foi em grande parte loteado para os grandes industriais, para os grandes capitalistas que receberam enormes concessões de terras. E um governo coerente terá que questionar e anular tudo isso, porque industrial deve cuidar dos seus produtos, como ocorre nas nações desenvolvidas. Tratar de fabricar produtos melhores e mais baratos para competir lá fora e para servir o mercado interno, deixando a terra para os agricultores. De modo que a UDR para nós é uma entidade marginal. Tanto que nós aconselhamos a todos os nossos produtores e agropecuários pequenos e médios que se retirem dessa entidade que é uma espécie de centro de tensões e de conflitos.

CAIADO — Quero dizer que não é a UDR no poder, porque a UDR não é partido político, mas é o Brasil real, minha gente. Esse Brasil real que nós fomos buscar nos segmentos que produzem e, acoplado na nossa chapa, Camillo Calazans, que conhece profundamente como administrar os gastos públicos e também como tratar a política econômica. Com isso, vamos chegar ao poder, porque o povo está cansado de politiquinhos, de demagogos que falam contra um setor produtivo como é o setor rural,

COVAS

“Temas como aborto e pena de morte, só plebiscito resolve”



O engenheiro Mário Covas precisou ser cassado em 68 nos seus direitos políticos e no mandato de deputado federal para retomar o contato com a engenharia, que abandonara ainda jovem na cidade paulista de Santos pela carreira política sob a inspiração de Jânio Quadros.

Na política sempre prosperou, como na constituinte que retomou com a cassação quando liderava o MDB na Câmara dos Deputados, comandou a resistência ao AI-5. Retornou a Brasília apenas em 83, com a anistia que permitiu sua eleição a senador com o recorde de 7,7 milhões de votos.

A volta à política surgiu com a transição democrática, mas Covas sentiu o PMDB pequeno para abrigar sua pretensão presidencial junto com a candidatura do deputado Ulysses Guimarães. Fundou em 88 um novo partido, o PSDB, para sediar seu projeto presidencial.

mas, no entanto, aplicam toda a sua verba no Uruguai. Mas, no entanto, tem a sua grande propriedade rural no Uruguai. E nós, brasileiros, não, aplicamos aqui. Geramos riquezas neste país e nós também, graças a Deus, estas mãos foram adestradas em Paris, Sr. Brizola, para poderem operar aqui e fazer o social, como opere durante 14 anos e opere até os dias de hoje. Eu ganho o meu dinheiro, realmente, gerando riqueza e produzindo.

MARILIA — Antes de começar este bloco, atendendo a uma observação do Dr. Brizola, darei a ele um minuto já que foi citado por Ronaldo Caiado no último bloco e quer um minuto de réplica. O minuto é seu, Dr. Brizola.

BRIZOLA — Na verdade, houve uma citação indireta, quando se referiu ao Uruguai. Gostaria de usar esse direito para dizer o seguinte: eu me orgulho de ser produtor agropecuario, porque não? E uma gente extraordinária deste país, sempre foi o meu meio, de minha família, tanto pelo lado da minha mulher, quanto pelo meu próprio. Acho uma gente extraordinária e por isso mesmo, inclusive como titular dessa propriedade familiar que temos hoje aliás menor do que era, quando se instituiu a ditadura, tenho autoridade para defender um processo de democratização da propriedade. Não crio embargos, como criou a UDR. Este país precisa de 25 milhões de novas propriedades, para se morar ou se produzir. Este é o dever do governo que vier.

MARILIA — Agora vamos ao penúltimo bloco e vou sortear 9 entre os 15 jornalistas presentes. O primeiro é o José Carlos Bardawil, da Isto E, que vai fazer uma pergunta ao Guilherme Afif Domingos, candidato do PL.

JOSE CARLOS BARDAWIL (ISTO E) — A pergunta é uma que agora não foi feita e acho que está na cabeça de todos. Até aqui as pesquisas de opinião revelam a existência de um fenômeno eleitoral, o candidato Fernando Collor de Mello que, sem partido, sem uma carreira política feita em altos cargos em Brasília, está liderando as pesquisas com quase 50% da preferência. Como o senhor vê esse fenômeno, qual a sua opinião clara, franca e direta sobre o político Fernando Collor de Mello. Como o senhor ainda alimenta a esperança de, com baixos índices nas pesquisas que tem, ainda vencer Fernando Collor de Mello numa eleição que ocorrerá daqui a poucos meses.

AFIF — Obrigado. Quero chamar a atenção para a análise de pesquisas. Hoje estamos dando grande promoção a respeito do índice de pesquisa. Mas é um só grupo que tem uma preferência e que não atinge a 30% do total do eleitorado. Ou seja: 70% dos eleitores ainda não se decidiram. Isso está muito claro dentro das pesquisas mas não está sendo devidamente divulgado. Portanto, considero este debate de hoje como o marco inicial de uma campanha onde todos terão oportunidade de se tornar conhecidos. Acho que a candidatura Collor de Mello não é fenômeno, é simplesmente o indicador do caminho que o eleitor quer seguir. Na verdade, hoje há uma constatação de um desgaste da política, dos políticos, desgaste este que é proporcional ao tempo de serviço. Ou seja: quanto mais tempo estiver na política, maior é o desgaste político e isto está muito claro. Então, o que acontece? De repente aparece como a única ou a primeira novidade, e a reação popular vai nessa direção, o que foi até certo ponto positivo, porque desmascarou aquela tese de que os grandes partidos, as grandes estruturas é que teriam preferência nesta eleição. Teoricamente, ele deu oportunidade a todos nós, que podemos participar, mas dizer que está definido — meu Deus do céu, isto está muito longe porque, agora, o eleitor começa a conhecer melhor cada candidato. Cada um vai entrar na sua casa, para falar ao seu coração, à sua cabeça, ao seu bolso, falar ao seu estômago, falar a verdade e não fugir do debate. Colocar as ideias com clareza, com honestidade e buscando a verdade e, a partir daí, o desconhecido se torna conhecido. Hoje, eu estou me tornando conhecido por milhões de brasileiros que começam a me observar e eu conto com essa opção.

ANDRÉ SINGER (Folha de S. Paulo) — Na semana passada, os sindicatos da União Soviética questionaram a validade de uma lei que existe lá, que é de estabilidade no emprego. Na Constituinte, o senhor votou a favor da estabilidade no emprego. Pergunto: é possível retomar o desenvolvimento e o crescimento econômico no Brasil com esta lei?

FREIRE — Em primeiro lugar, o modelo soviético não é o modelo que vai ser adotado no Brasil. O Brasil terá um modelo brasileiro. Nós discutimos o que ocorre na União Soviética e o que ocorre em países socia-

listas. É evidente que do ponto de vista teórico é importante, da mesma forma que discutimos o que acontece no mundo da social-democracia ou no mundo do capitalismo mais desenvolvido, como também acontece em termos de América Latina. Todos são importantes, a nível de análise. Agora, a economia brasileira vai ter que pegar hipóteses aqui dentro do Brasil. Nós defendemos a estabilidade no emprego, porque se nós, num processo de recessão, num processo de uma economia que privilegie fundamentalmente o capital, e o capital especulativo não tivermos um Estado que garanta, não a livre negociação, porque esse é um jogo que não interessa ao conjunto da classe operária nem aos trabalhadores, mas um Estado que tenha capacidade de intervir no processo econômico para garantir melhor distribuição da renda, para que a renda nacional não seja perversa como é que remunera capital a título de juros, a título de aluguéis, com quase 70 por cento da renda nacional, e destina um pouco mais de 30 por cento para pagamento de salários, numa total inversão do que existe em todo o mundo desenvolvido; se não tivermos isso, não vamos ter a capacidade de criarmos uma sociedade mais justa, uma sociedade onde aquele que produz a riqueza, aquele que socialmente trabalhe, e não se beneficie da riqueza e do trabalho que faz. Aqui há o privilegiado, há uma minoria, há aqueles que detêm toda a riqueza, que por todos

Torcidas começam mais cedo guerra do Morumbi

ALEXANDRE RIBONDI
Enviado Especial

São Paulo — O primeiro encontro dos presidenciáveis, programa levado ao ar pela TV Bandeirantes, às 21h30 de ontem, deu o seu primeiro passo uma hora antes, quando, diante do portão da emissora, uma mulher, levada pelo frio que fazia no Morumbi, gritou “Brizola!”. Imediatamente veio a resposta, em forma de coro, pedindo Covas para à Presidência da República. Cartazes, bandeiras e faixas surgiram milagrosamente, de um minuto para o outro, e foi só aí que os repórteres, os fotógrafos e os primeiros convidados sentiram que a festa começava.

Foi no meio desse concurso de cores que chegou Affonso Camargo, exatamente às 20h30, uma demonstração explícita de que os últimos às vezes são os primeiros. Dez minutos mais tarde foram ouvidos gritos do lado de fora dos portões: “Um, dois, três, Maluf para o xadrez”. E era o próprio candidato do PDS que chegava. O terceiro candidato, Mário Covas, desceu de seu carro às 20h43, quase empatando com Ronaldo Caiado, que chegou dois minutos depois. Em momentos assim, era possível ver os jornalistas se comportarem como o eleitorado nacional neste ano de eleições: ninguém sabia para onde ir ou que candidato escolher.

Aureliano Chaves foi o primeiro que decidiu deixar o seu carro na rua e entrar no pátio da TV Bandeirantes a pé. Isto às 20h53, sendo seguido por Afif Domingos. Lula entrou de carro, às 21h, exatamente quando chegou Brizola, a pé. E foi aí que muita gente acreditou que todos já haviam chegado e que os organizadores do programa já po-

Pérolas, o lugar-comum, ficam na chegada à TV

São Paulo — A partir das 20h30 de ontem, quando Affonso Camargo abriu os portões da TV Bandeirantes como primeiro candidato a chegar para o encontro dos presidenciáveis, todos eles foram convidados a dar opiniões. Pelo sim, pelo não, cada um disse o que todo mundo já sabia e todos declaram frases feitas e armaram sorrisos cordiais. Neste colar de pérolas do lugar-comum, apenas um, Leonel Brizola, deixou o sangue gálico explodir e vociferou sobre a ausência de Collor de Mello: “Este rato abandonou o navio da ditadura quando estava afundando”. Provocou assovios de incredulidade em quem ouviu a declaração. De resto, tudo não passou de serpentina.

“Vamos discutir em alto nível, com respeito por cada candidato”, Affonso Camargo.

FREIRE

“O Brasil já pode começar a discutir o caminho socialista”



O advogado Roberto Freire entrou cedo na política para usá-la como uma tribuna comunista à disposição do PCB, que estava na ilegalidade, dentro do velho MDB. Primeiro, foi a tribuna como deputado estadual em Pernambuco. Há 10 anos, como deputado federal no PMDB.

Com a legalização do partido de origem, assumiu sua condução no processo político e em seu nome agora disputa a presidência da República com o projeto de popularizar o Partido Comunista, espalhar suas ideias e demonstrar que há nada de temível em seus quadros.

Aplicado em sua missão, Freire compromete-se com o ar de renovação da glasnost na União Soviética, mas não defende a qualquer custo os projetos comunistas comprometidos com as ordens soviéticas mais antigas. Fica com o Brasil no caso de uma guerra com a União Soviética.

é produzida. A intervenção do Estado é a garantia do emprego. Portanto, o modelo aqui para o Brasil é um modelo que atenda às necessidades do Brasil, não tem nada a ver com o modelo soviético, embora sejamos comprometidos com o socialismo.

JOÃO SAMPAIO (Jornal da Tarde) — Dr. Leonel Brizola, sabemos que a Constituinte criou um sistema de Governo híbrido no país. Como o senhor, que pertence a um partido minoritário no Parlamento, pretende impor o seu programa de Governo?

BRIZOLA — Na verdade, nenhum partido tem um controle majoritário sobre o Congresso. Penso que, sob este aspecto, a situação brasileira é fortunada. O novo Presidente vai ter grande autoridade democrática. Se ocorrer a eventualidade da eleição de um cidadão independente, como é o meu caso, eu, naturalmente, vou assumir essa responsabilidade de, não só propor as modificações necessárias nessa Constituição, de acordo com as normas nela previstas, tudo o que se mostrar incongruente, como também vou procurar todos os níveis de entendimento para organizar um Governo realmente representativo, que tenha autoridade para tirar o nosso país da crise. Acho que o novo Presidente vai encontrar este Congresso já em fim de mandato e, pelo que conheço da vida brasileira, não vai ter dificuldade para a situação do país. Que força iria se levantar para oferecer oposição sistemática? Nenhuma. E,

dentro de 18 meses, estaremos realizando eleições para um novo Congresso, para governadores e assembleias legislativas. O novo Presidente, ao assumir, como está previsto, em 15 de março — abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, em 8 meses teremos eleições para o Congresso. Creio que, aí, vai se processar um ajustamento, principalmente se o novo governo se apresentar com aquele mínimo de competência, de honradez, de firmeza, se for um presidente que exerça o presidencialismo democrático, creio que o Brasil poderá realinhar-se e não haverá, segundo imagino, maiores dificuldades. Agora, se o presidente for incompetente, se realmente for alguém desastrado como o atual, aí sim.

MARILIA — Edson Brenner, da Revista Final, vai perguntar para Aureliano Chaves do PFL.

EDSON BRENER — Afinal — Dr. Aureliano Chaves, a Revista Final pergunta se eleito presidente da República, que providências tomaria a respeito de uma norma constitucional estabelecida, clara, que deveria estar em vigor e que o governo passasse por cima, a questão do tabelamento dos juros em 12%? O que o senhor pretende fazer é deixar a Constituição continuar a ser rasgada ou fazê-la cumprir?

AURELIANO — Se eu estivesse na Constituinte, não votaria o tabelamento dos juros, porque juros são decorrência de uma economia de mercado. Tabelamento de juros não é solução, mas, ao assumir a presidência da República, faço cumprir o que o texto constitucional determina, pois a pior coisa que pode acontecer a um país é fazer leis e não as cumprir. E o que tem desmoralizado, perante a opinião pública, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O preceito constitucional foi feito para ser cumprido, como diversas leis existem para ser cumpridas. A minha posição é esta: fazer cumprir aquilo que manda o texto constitucional, até para avaliação futura, para as modificações que se fizerem necessárias no correr do tempo, no texto constitucional.

MARILIA — O próximo jornalista é Mara Ziravela, do Estado de São Paulo, que vai perguntar para Mário Covas, do PSDB.

MARA ZIRAVELA (O ESTADO) — Senador, queria trazer um pouco mais a discussão para dentro da população. Discutimos juros e tal, não é? Queria saber se em algum momento da sua vida o senhor teve de se servir de transporte coletivo, ou quando estudava, ou quando começou sua carreira profissional. Enfim, se alguma vez o senhor usou um ônibus para sair da sua casa e ir a algum lugar.

COVAS — Acho que essa resposta dá para dar em menos de 2 minutos. Eu sei ônibus quando era estudante e não apenas quando estudante, acho que até depois. Casei-me quando ainda estava no quarto ano da escola, embora tivesse um automóvel, fui obrigado a vendê-lo nos meus primeiros anos de vida matrimonial. De forma que andei muito de transporte coletivo, mesmo quando dava aulas, era professor. Quero dizer uma coisa, que acho que é fundamental dizer, porque, afinal, demonstra um fato que pouca gente se dá conta, que é o nível de solidão do poder. Quando passei por uma prefeitura, como a da cidade de São Paulo, não havia instante mais dramático do que aquele em que éramos obrigados a tomar a decisão sobre o aumento de transporte coletivo. Alguma coisa sobre a qual o prefeito não tem nenhuma influência. Ele não influi no preço do veículo, no custo da mão-de-obra, não influi no custo do combustível e lhe sobra a tarefa de, simplesmente, opinar a respeito da tarifa que, necessariamente, é sempre majorada. Mas este é um instante de tremenda solidão, em que há um número enorme de auxiliares que podem opinar, mas a rigor você fica com a necessidade da decisão. E a decisão numa cidade onde 6 milhões de passageiros/dia operam apenas no transporte de ônibus, onde 10 mil veículos operam concomitantemente, é uma coisa que mexe muito com a gente.

MARILIA — O próximo jornalista é Marcos Damiani, do Jornal do Brasil, que perguntará para Ronaldo Caiado do PSD.

MARCOS DAMIANI (JB) Caiado, em relação aos ataques que a UDR sofre em relação às ações que promove no campo, a sua candidatura é hoje bastante estigmatizada. O senhor acredita que tem chances de vencer essa eleição?

CAIADO — Acredito em tudo que faço na minha vida e o desafio sempre me estimulou. Desde a época da Medicina, dediquei-me à cirurgia da coluna vertebral. Quando todos achavam que era impossível congregarmos uma classe, peregrinamos e mostramos que realmente os seto-

res produtivos deviam se organizar. Daí a pouco, eles começaram a ver a força da organização do setor produtivo e ficaram incomodados porque não queriam aquilo. Queriam sempre ver a classe produtora rural como bode expiatório, e ela sem dúvida nenhuma tem sido o grande sustentáculo desta país. Mas, a partir daí, nós avançamos ainda mais, e fomos vitoriosos em grandes embates na Assembleia Nacional Constituinte. E nessa hora eu realmente tive que pagar caro. Por quê? Porque realmente eles viram que não iam parar ali, que nós iam galpar cargos mais importantes e que por isso eles orquestraram a nível nacional uma campanha difamatória, uma campanha baixa, suja, sem dar a nós sequer o direito de defesa, um julgamento, tentando sempre denegrir a imagem da entidade de uma classe que sempre vamos ter neste País. Sabiam muito bem que o setor produtivo não ia aceitar mais esses tecnocratas, esses politiquinhos mandando no País. Nós já estávamos cansados de delegar a incompetentes. E nesta hora, minha gente, foi aquela campanha radical de direita, extremada, antiprogressistas... sabe por quê? Porque eles sabem o que eu penso. No começo eles conseguiram de uma certa maneira lançar a população brasileira uma imagem totalmente distorcida. Mas vocês vão me conhecer nesta campanha e vão realmente saber quem é Ronaldo Caiado, o que é a União Democrática Ruralista.

MARILIA — Luiz Augusto Falcão pergunta a Paulo Maluf.

LUIZ AUGUSTO FALCÃO — Na Bolívia, na semana passada o senhor disse que iria agir com rigor e pechinchar também com relação à dívida externa. Como é que vai ser essa pechincha com os credores internacionais?

MALUF — Eu explico. Os títulos brasileiros que foram negociados lá fora o foram pelo índice 100. Por exemplo, um título de 1 milhão de dólares, por 1 milhão de dólares; um empréstimo de 2 milhões de dólares, por 2 milhões de dólares. Mas já me dizia também, um velho libanês: nunca proteste uma duplicata, porque, quando você não protesta, ela vale 100, e quando você protesta, quem perdeu é você, que é o credor; porque ela fica valendo só 60, você fez a vantagem do devedor. O que foi a rioratória? A moaratória foi uma concordata. Então, o título brasileiro em vez de valer 100, vale 50, vale 40, vale 30. E até, nos últimos 15 dias, quando o Brasil parou de pagar, vale só 28. O que fez a Bolívia, de maneira inteligente? E um dos raios que termina este governo sem dever nada da dívida externa: Por quê? Porque negociou toda ela pelo seu valor secundário, seu valor de bolsa. E o que faz o Brasil? O Brasil fez o pior acordo para o Brasil. Parece que as autoridades monetárias eram sócias dos bancos estrangeiros, só engordaram os balanços dos bancos estrangeiros. Ou seja, o Brasil, sob um título que vale 30 por cento, está pagando um juro igual a 100 por cento ao ano em dólar, e o Brasil está amortizando, também, pelo seu valor inicial. Então, o que eu faria aí? O meu sangue libanês: de que eu me orgulho, quatro mil anos de sangue fenício, eu que encostei a minha barriga no balcão, eu que comecei a minha vida como balconista, eu lá lá pedir um desconto. Ou dá um desconto, ou nós não vamos pagar mais. Porque o Brasil já foi suficientemente explorado. O Brasil teve o superávit na sua balança comercial de 1988, de 9 bilhões de dólares. E quanto é que temos em caixa? Zero, ou seja, a dívida externa é como uma caixa-d'água. A saída é de 8 polegadas e a entrada é de 4. Nunca esta caixa vai estar cheia. Portanto, é assim que eu iria negociar a dívida externa: de maneira realista.

MARILIA — Alex, da Folha da Tarde, pergunta a Lula.

ALEX — Queria saber do Lula a que ele atribui sua queda nas pesquisas. No começo do ano ele estava em primeiro ou segundo lugar e agora vem caindo cada vez mais. Queria saber se ele atribui essa queda a essa confusão que se deu no Rio Grande do Sul sobre o seu vice, o Bisol, ou ao desempenho das prefeituras do PT pelo Brasil?

LULA — Eu não atribuo a queda na pesquisa de opinião pública nem às prefeituras, nem às greves, nem à questão da escolha do vice. Da mesma forma que quando eu tinha 17 ou 18 por cento em janeiro, estava até viajando e crescendo nas pesquisas. Acho que a pesquisa retrata o pensamento momentâneo de uma parcela da sociedade e pode mudar de acordo com o discurso, com a imagem, com o ato político que você possa causar em determinado momento. Estou convencido de que agora que começamos a fazer campanha, poucos candidatos estão indo para a rua. Já saímos inclusive com o vice. Acho que o problema do vice não teve nenhuma implicação nas quedas de opinião pública e nas pesquisas e vamos recuperar isso nos debates. Estou convencido de que, na medida em que começamos a levar propostas do partido, na medida em que começamos a apresentar um vice com apoio dos companheiros do que, mesmo tendo um candidato, vão apoiar a candidatura Lula pela Frente Brasil Popular, entendemos que vamos crescer em São Paulo e no Brasil. E acho que quem tiver alguma dúvida pode acreditar que no dia 15 de novembro nós vamos disputar o segundo turno. É importante saber quem é que vai disputar com a gente. Estou convencido disso. Tenho feito peregrinação por este país e tenho achado extraordinária a participação do povo. E engraçado que alguns candidatos estão evitando ir para a rua fazer comícios, porque percebem que há determinadas pessoas que não têm a menor condição de ir para a rua fazer comícios. Nós vamos para a rua, seja em estação de trem, de metrô, seja ponto de ônibus, seja onde houver um aglomerado de pessoas, nós vamos fazer comícios. Com a militância política que nós temos, com a militância política da Frente Brasil Popular, penso que nós não temos que estar preocupados com pesquisas agora. Vou dar apenas um exemplo: se pesquisa valesse, a companheira Luiza Erundina não teria ganho aqui, se pesquisa valesse, o nosso companheiro Artur Virgílio não teria ganho as eleições de Manaus.

MARCELO (O Globo) — Senador, muitos companheiros do senhor, têm falado que a candidatura do

